

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano IV — Nº. 24 — jul./ago. 2012



Impresso  
Especial

9912213586 DR/RJ

Fundação  
Oswaldo Cruz

CORREIOS



**Vinte anos depois...**  
o que as nações e os povos  
propõem frente à crise do planeta?

# Conheça o POLI

**Direção**  
55(21)3865-9700

**Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional**  
55(21)3865-9707

**Vice-Direção de Ensino e Informação**  
55(21)3865-9729

**Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**  
55(21)3865-9705

**Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde**  
55(21)3865-9745

**Grupo de Trabalho em Saúde Mental**  
55(21)3865-9755

**Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde**  
55(21)3865-9780

**Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde**  
55(21)3865-9765

**Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde**  
55(21)3865-9788

**Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde**  
55(21)3865-9784

**Grupo de Trabalho de Biossegurança**  
55(21)3865-9743

**Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde**  
55(21)3865-9770

**Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde**  
55(21)3865-9720

**Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica**  
55(21)3865-9740

**Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde**  
55(21)3865-9750

**Coordenação de Administração**  
55(21)3865-9820

**Coordenação de Cooperação Internacional**  
55(21)3865-9730

**Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos**  
55(21)3865-9860

**Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde**  
55(21)3865-9850

**Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde**  
55(21)3865-9732

**Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde**  
55(21)3865-9728

**Biblioteca Emília Bustamante**  
55(21)3865-9840

**Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde**  
55(21)3865-9892

**Secretaria Escolar**  
55(21)3865-9865

**Serviço de Informática**  
55(21)3865-9810

**Serviço de Manutenção de Equipamentos e Instalações Prediais**  
55(21)3865-9870



Revista científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Revista Trabalho, Educação e Saúde  
55 (21) 3865-9850 | [www.revista.epsjv.fiocruz.br](http://www.revista.epsjv.fiocruz.br)



Observatório dos Técnicos em Saúde  
55 (21) 3865-9750 | [www.observatorio.epsjv.fiocruz.br](http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br)

## RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)  
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde  
55 (21) 3865-9840 | [www.bvseps.icict.fiocruz.br](http://www.bvseps.icict.fiocruz.br)



Comitê de Ética em Pesquisa  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa  
55 (21) 3865-9710

<b>Capa</b>	
Rio + 20 e Cúpula dos Povos	4
<b>Almanaque</b>	13
<b>Toxic Tour</b>	
Comunidades entrincheiradas pelo "progresso"	14
<b>Entrevista</b>	
Vladimir Safatle - "a pergunta passa a ser 'o que eu devo fazer para ajudar?' (...) enquanto a questão principal deveria ser 'contra quem e contra o quê eu devo lutar?'"	18
<b>Cartografia Social</b>	
Intermapas: plataforma cruza informações para denunciar impactos de modelo de desenvolvimento e alavancar iniciativas das comunidades	22
<b>Livros</b>	
Ampliação da classe trabalhadora no Brasil	24
<b>Dicionário</b>	
Meio Ambiente	25

Nas últimas quatro edições da Poli, você acompanhou reportagens sobre temas ligados à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no final do mês de junho. Discutimos a economia verde e como a saúde e a educação estavam ausentes no documento da conferência; mostramos como a sociedade civil estava se organizando em um evento paralelo – a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental; debatemos também as falsas soluções tecnológicas que na opinião de um dos principais estudiosos do assunto, o canadense Pat Mooney, apenas representarão mais impactos sociais, econômicos e ambientais. Além disso, abordamos os problemas estruturais que deveriam estar no foco das decisões oficiais como os prejuízos à saúde humana e ambiental decorrentes do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura.

Passada a Rio+20, você acompanhará nesta edição a cobertura da Cúpula dos Povos e o balanço do evento oficial da ONU, que, como verá, não apresentou nenhum grande compromisso frente à grave crise que o planeta enfrenta. Os repórteres da Poli acompanharam cotidianamente os acontecimentos da Cúpula dos Povos e registraram os diagnósticos e soluções que a sociedade civil apresenta, com toda a sua diversidade, para os problemas socioambientais. Este é o tema da reportagem especial, mas que permeia também toda a revista, como no relato do drama vivido por comunidades do Rio de Janeiro impactadas por grandes empreendimentos e que, por serem simbólicas do que acontece em várias partes do mundo, foram visitadas durante a Rio+20 em um 'Toxic Tour'.

Uma nova ferramenta chamada Intermapas é tema de outra reportagem desta edição. A tecnologia permite ao internauta descobrir as correlações entre as experiências em agroecologia existentes em vários estados do Brasil, os empreendimentos de economia solidária, os projetos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as injustiças ambientais que estão ocorrendo no país.

A participação política e a mobilização social é o assunto da entrevista com o professor do Departamento de Filosofia da USP Vladimir Safatle, autor do livro 'A esquerda que não teme dizer seu nome' e um dos autores de 'Occupy', ambos lançados em 2012.

Na seção Livros, confira a resenha de 'A nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social', novo livro de Marcio Pochmann. E, para fechar esta edição, a seção Dicionário discute o conceito de meio ambiente, tão importante de ser compreendido neste momento histórico. Esperamos contribuir para a sua reflexão sobre o tema.

Boa leitura!

Ano IV - Nº 24 - jul./ago. 2012  
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.  
ISSN 1983-909X

#### Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)  
Aline Andréa, Cristina Araripe, Etelcia Molinaro, Felipe Gonçalves, Felipe Machado, Francisco Bueno, Giovanna Abreu, Gladys Miyashiro, Iêda Barbosa, Jairo Freitas, José Orbílio, Júlio César Lima, Marcela Pronko, Marco Antônio Santos, Mauro Gomes, Paulo Cesar Ribeiro, Sergio Munk

#### Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

#### Jornalista Responsável

Cátia Guimarães - MTB:2265/RJ

#### Repórteres e Editores

André Antunes

Maíra Mathias

Raquel Júnia

Viviane Tavares

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

#### Foto Capa

Viviane Tavares

#### Ilustração Almanaque

Edu Castelo

#### Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos

Valéria Melo

#### Assistente Editorial

Lisa Stuart

#### Tiragem

10.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484  
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Rio+20 e Cúpula dos Povos

# As nações e os povos 20 anos depois

Dificuldades para avançar na negociação de temas complexos marca conferência oficial. Sociedade civil reunida na Cúpula decidiu que é tempo de união de agendas contra a financeirização da natureza.

Maíra Mathias

com colaboração de

André Antunes

Raquel Júnia

Viviane Tavares



Viviane Tavares

A busca de um consenso possível entre 193 países sentados à mesa para negociar parece ter sido o principal objetivo da diplomacia brasileira, que liderou as rodadas finais que fecharam o documento oficial da Rio+20. Vinte anos depois da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), que deixou legados emblemáticos como a Agenda 21, o tom pouco ambicioso do texto atual corrobora a avaliação de que os líderes mundiais – sejam eles dirigentes de países desenvolvidos ou emergentes – não estão dispostos a abandonar suas agendas econômicas e agir.

A falta de confiança no processo de negociação da ONU, sinalizada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, fez com que, nas palavras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, entre 13 e 22 de junho o Rio de Janeiro tenha vivido simultaneamente dias de Fórum Econômico e Fórum Social Mundial, com governos e empresários de um lado e os povos de outro. Enquanto no Riocentro delegações do mundo todo se digladiavam em torno de pautas como o fim do *lobby* para a produção de combustíveis fósseis (rejeitada), no Aterro do Flamengo, onde se realizou a Cúpula dos Povos a partir do dia 15, ninguém parecia ter a menor dúvida quanto aos riscos representados pelas indústrias extrativas – mesmo porque muitas das comunidades presentes sentem na pele os prejuízos da exploração de gás, petróleo e carvão.

"A proposta da Cúpula dos Povos é construir uma agenda para que os governos escutem nossas vozes porque eles estão reagindo baixo os interesses das grandes corporações", explicou Iara Pietricovsky do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma das 36 redes nacionais que compuseram o comitê facilitador do evento. Desenhada para dar visibilidade às lutas e soluções das populações, a Cúpula recebeu aproximadamente 350 mil participantes de todas as partes do planeta. A diversidade era imensa: indígenas, quilombolas, afetados por usinas hidrelétricas e nucleares, por empreendimentos industriais ligados ao agronegócio, militantes feministas, pró-mobilidade urbana, ecossocialistas, cientistas compunham parte do público atraído pela programação variada, que acolheu 800 atividades autogestionadas propostas por centenas de entidades.

Para criar convergência entre as muitas bandeiras levantadas, a programação principal se organizou em torno de cinco eixos estratégicos – 'Soberania alimentar'; 'Energia e indústrias extrativas'; 'Defesa dos bens comuns contra a mercantilização'; 'Direitos, por justiça social e ambiental'; e 'Trabalho: por outra economia e novos paradigmas'. A declaração final da Cúpula foi construída em plenárias e assembleias pautadas na avaliação das causas estruturais da crise, identificação das falsas soluções propostas pelos governos, apontamento de alternativas criadas pelos povos e proposição de campanhas e ações a serem desenvolvidas como passo seguinte ao encontro. "Os movimentos sociais precisam se unificar e se organizar em torno de pelo menos alguns pontos para que possam ter força política real. Nossa luta tem que primeiro fazer com que os governos regulem e submetam o pilar econômico a uma lógica baseada nos direitos humanos e em uma economia efetivamente verde, a partir dos povos, das

experiências dos movimentos camponeses, indígenas e de todos aqueles que demonstraram que são capazes de manter com a natureza uma relação sustentável", afirmou Iara.

## **Não à economia verde**

Talvez o consenso mais importante da Cúpula tenha sido a rejeição da economia verde, identificada como principal falsa solução da Rio+20. Desde o início da construção do rascunho zero do documento aprovado no processo oficial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) tenta promover o conceito como balizador das discussões. Mas o que é a economia verde? Na definição do Pnuma "uma economia verde é a que resulta em melhora do bem-estar humano e da equidade social, enquanto reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica". Difícil ser contra, não? No entanto, em um exame mais atento, o conceito de economia verde prevê que bens comuns como solo, água, ar, flora e fauna se transformem em capital natural. Ou seja, objetos de mercado. Por isso, na definição dos povos, em primeiro lugar economia verde é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo. Isso fica bastante claro em outro documento do Pnuma denominado 'Declaração do capital natural'. Aberto à adesão de dirigentes de instituições financeiras, o texto "convoca o setor público e o setor privado a trabalhar juntos para criar as condições necessárias para manter e reforçar o capital natural como um ativo crucial, do ponto de vista econômico, ecológico e social". Em outras palavras, para a economia verde funcionar os bens comuns precisam deixar de ser gratuitos. De acordo com os empresários e o Pnuma, a humanidade só valoriza o que precisa comprar. "Eles estão apostando nessa única saída como solução. A pergunta é: solução para quem? Para o sistema financeiro", resumiu Darcy Frigo, da Plataforma Dhesca Brasil, na entrevista coletiva de encerramento da Cúpula.

Na gama de novos produtos para serem negociados, a economia verde inclui 'serviços' como a polinização feita pelas abelhas ou a própria biodiversidade de um território. "Agora que está em crise, o capitalismo tenta se inovar e precisa dos Estados, de políticas públicas e de leis que ofereçam novas fronteiras de acumulação. E essas fronteiras estão em grande parte no meio ambiente, ou seja, querem transformar todos os componentes da natureza em commodities", explicou Lucia Ortiz, da ONG Amigos da Terra Brasil. "Os instrumentos do capitalismo verde ameaçam os modos de vida e de relação das populações com o meio ambiente, com as expropriações de terras, seja para agricultura transgênica, seja a partir de instrumentos de venda de carbono ou de REDD [Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação], que já virou uma moeda e colocou as populações tradicionais no mundo dos contratos do mercado", acrescentou.

Durante a Cúpula, as redes e movimentos sociais aprofundaram as críticas à economia verde. Para os participantes do evento, os novos mecanismos já estão em curso em todos os processos de expropriação dos bens comuns, alguns já antigos e bastante conhecidos, como o agronegócio e a privatização da água, e outros mais recentes como o mercado de carbono e o REDD – uma forma de negociação no mercado financeiro de gás carbônico acumulado em áreas que ainda não foram desmatadas. Um dos graves problemas desse mecanismo é que a lucratividade do REDD tem um crescimento diretamente proporcional à escalada do desmatamento, pois, quanto mais escasso, maior é a demanda pelo 'produto'.

"Valorar financeiramente e jogar no mercado elementos intangíveis como as funções ecossistêmicas – compartimentadas hoje em um rol de 'serviços' ambientais – e recursos da biodiversidade historicamente utilizados e mantidos por populações tradicionais e pequenos agricultores, cria



André Antunes

Denunciar economia verde e propor alternativas foram eixos centrais da Cúpula dos Povos

um choque com o direito humano inalienável e universal ao meio ambiente”, afirma o guia Lado B da Economia Verde, produzido pela Fundação Heinrich Böll e pelo Repórter Brasil. “A premissa de que a proteção do meio ambiente só ocorrerá se for lucrativa, ou que só podemos preservar pagando por isso, enfraquece o Estado de Direito e o cumprimento da lei, assim como deixa de fora aspectos científicos e biológicos inerentes à saúde do planeta, sociais, culturais e espirituais inerentes à sobrevivência das populações” completa.

No entanto, a consagração da economia verde como protagonista da Rio+20 não aconteceu conforme o planejado graças à resistência do G-77

– bloco composto atualmente por 131 países em desenvolvimento – que conseguiu emplacar algumas condicionantes, como a que prevê que a economia verde não deve ser contra os direitos dos povos. Na opinião de Jean Pierre Leroy, consultor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), o resultado poderia ter sido pior. “A conferência não consagrou a economia verde como a questão central. É claro que o setor privado avança nessa direção, colocando água, ar, solo, fauna e flora como objetos de financeirização, mas eu diria que, no embate político, se analisamos as declarações que saíram na imprensa e o que rolou na Cúpula, percebemos que não foi tudo ao redor da economia verde e que um projeto político de sociedade para enfrentar a questão socioambiental continua a ser central”, afirmou. Já para Silvia Ribeiro, da organização não governamental ETC Group, mesmo esvaziado, o documento é um sinal aberto para a economia verde. “A

### Fora do tom protocolar

Dos mais de cem chefes de Estado que participaram da Rio+20, pelo menos quatro chamaram atenção por expor posições marcadas por alguma personalidade – fato raro em meio ao tipo de fala protocolar que imperou no RioCentro. A Poli selecionou os principais argumentos defendidos pelos presidentes da Bolívia, Equador, Uruguai e Irã, confira abaixo:

**Bolívia** - Crítico da economia verde, o presidente Evo Morales fez um dos pronunciamentos mais aguardados da conferência. “De acordo com os sentimentos de agentes sociais do mundo inteiro, principalmente dos povos indígenas, o que exatamente entendemos por economia verde? Será que é a nova cor para subjugar nossos povos ao

sistema capitalista?”, cravou. Segundo ele, a economia verde deve ser encarada como um novo colonialismo imposto pelos países desenvolvidos que atualmente concentram seus esforços “na destruição comercial do meio ambiente”. Morales também criticou a visão de curto prazo que transforma a fonte de vida de muitas gerações em um ativo privado. “O ambientalismo mercantilista transforma cada planta, árvore e gota de água em algo a ser vendido, sujeito à ditadura do mercado”, disse, completando: “A vida não é direito, apenas mais um negócio para o capitalismo”.

**Equador** - A ênfase do pronunciamento do presidente Rafael Correa foi dada na defesa do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. “Vinte por cento dos países mais

ricos geram 60% das emissões de CO<sub>2</sub>, enquanto os 20% mais pobres geram apenas 0,72%. A relação é de 83 para um”. O presidente equatoriano também argumentou que nações desenvolvidas historicamente consomem bens ambientais os quais não produzem e por isso devem pagar sua dívida ecológica. Correa tornou a apresentar a bandeira do “Petróleo debaixo da terra”, que no caso equatoriano consiste em deixar intactas reservas de petróleo do Parque Nacional de Yasuní, região com a maior biodiversidade do planeta. “Deixaríamos de produzir 846 milhões de barris de petróleo, o que impediria a emissão de 407 milhões de toneladas de dióxido de carbono, provenientes da queima de combustíveis fósseis”. Ele contabiliza que o país deixaria de ganhar US\$ 14 bilhões com a exploração e defendeu a criação de um fundo que destine recursos

verdade é que o documento cria um marco muito geral que pode e vai ser interpretado pelas indústrias, pelas grandes transnacionais e pelas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento, como apoio para essas formas de economia verde".

Autor de livros como 'O Ecologismo dos Pobres', o economista catalão Joan Martínez Alier esteve presente na Cúpula dos Povos, onde avaliou que a promoção da economia verde serve para mascarar a falta de resultados dos processos de deliberação da ONU lançados pela Rio 92, como os encontros anuais que negociam a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e o Protocolo de Kyoto. "Há muitos motivos para estarmos indignados com todo o ciclo das Nações Unidas. Faz vinte anos que se fala em crescimento sustentável, uma contradição, pois desenvolvimento não é sustentável. Agora falam em

economia verde, daqui a vinte anos vão falar em desenvolvimento verde, em quarenta, de economia sustentável. Sempre vão conseguir inventar mais um *slogan* vazio. É preciso estar indignado pela falta de resultados em Copenhagen [2009], em Cancun [2010], em Durban [2011] e também aqui no Rio. É óbvio que os governos falam, mas não decidem nada real", criticou.

### Negociação conturbada

Não foram poucas as críticas sobre a falta de concretude da Rio+20. A certa altura, o próprio secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, criticou o documento, que não conseguiu avançar em pontos-chave. Um deles era a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adiada para 2015, quando vence o prazo para que os 189 países signatários alcancem os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que conta com metas como a redução da pobreza e a universalização do ensino básico. Outra polêmica se deu em torno da tentativa de esvaziamento de um dos Princípios do Rio, lista de 27 itens aprovada durante a conferência de 1992 e que, desde então, guia a atuação internacional dos países nos temas ambientais. Estados Unidos, Canadá, Japão e países europeus queriam retirar do documento final da Rio+20 qualquer menção ao princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", que prevê que países ricos invistam mais em políticas de transição para o desenvolvimento sustentável por terem contribuído historicamente com a poluição do planeta graças a seus modelos de produção e consumo. A atuação do G-77, em particular da China, conseguiu reverter a investida. No entanto, em termos práticos, o fundo de US\$ 30 bilhões para projetos de desenvolvimento sustentável que deveria ser financiado pelos países ricos não vingou (a definição de formas de financiamento fica de molho até 2014). Enquanto isso, na reunião do G-20

para que o Equador não explore a reserva. "Limpar é equivalente a não sujar", finalizou.

**Uruguai** - O presidente José Mujica fez um discurso afinado à bandeira do decrescimento, conceito que prega que os países devem adotar políticas de diminuição da produção e do consumo para patamares compatíveis com a preservação do meio ambiente e da justiça social. "A tarde inteira se falou em desenvolvimento sustentável, em tirar milhões de pessoas da pobreza. Estamos pensando no atual modelo de produção e consumo das sociedades ricas? O que aconteceria com esse planeta se os hindus tivessem a mesma proporção de automóveis por família que os alemães?" questionou. Mujica defendeu que a crise ambiental deve ser encarada, antes de tudo, como uma

crise política, na medida em que sua causa é o atual modelo de civilização. "Se se paralisa o consumo, a economia estagna e aparece o fantasma da recessão. O hiperconsumo está agredindo o planeta, as coisas são produzidas para durar pouco porque as empresas têm que vender muito. Esses são problemas de caráter político que demonstram a necessidade de lutar por outra cultura. Não se trata de retornar ao homem das cavernas, nem erigir um monumento do atraso, mas não podemos mais continuar a governar para o mercado e, sim, governar o mercado".

**Irã** - Durante coletiva de imprensa convocada pela embaixada iraniana, o presidente Mahmoud Ahmadinejad criticou a atual ordem mundial. "Uma minoria impõe dominação ao restante dos países. Basta olhar para a América Latina para verificar que tipos de crimes foram praticados contra a população dessa região ao longo da história. A presença de regimes ditatoriais apoiados por governos externos desrespeitaram os direitos dos povos e tiraram sua liberdade. Hoje, bilhões de pessoas vivem na pobreza no mundo. Quer dizer que existe insuficiência nessa população para gozar de uma vida normal? Ou a causa é a minoria que domina os centros de poder?", argumentou. Ahmadinejad mais uma vez centrou suas críticas nos Estados Unidos: "Enquanto dizem publicamente que estão ao lado da liberdade de informação, permitem a si mesmos escravizar povos do mundo todo. Um dos pilares da dominação é o uso da imprensa. Querem demonstrar que o motivo da pobreza na África e na América Latina são as nações, quando o verdadeiro motivo da pobreza é o colonialismo, as intervenções e ocupações, como a do Iraque, que atrasou o país em 50 anos e vitimou mais de um milhão de iraquianos. Mas foram eles que criaram o Saddam".

que acontecia no México no dia 18 de junho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) arrecadava US\$ 456 bilhões dos países-membros.

Outro ponto controverso durante a negociação do documento foi a retirada do termo “direitos reprodutivos” na parte referente aos direitos das mulheres. Para alcançar o propalado multilateralismo, nenhum país poderia vetar nada. O termo foi suprimido do texto a pedido do Vaticano. Para Célia Aldridge, do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, o fato é grave, embora não seja exceção no universo das conferências. “As mulheres aparecem de uma forma diluída, não são as nossas lutas feministas que estão ali. O fato é que o Vaticano tem se posicionado contra os direitos das mulheres de forma permanente, a autonomia sobre nossos corpos e sexualidade, sobre nosso trabalho e vidas, reforçando permanentemente o modelo de família que coloca a mulher em casa cuidando dos filhos, a serviço do capital e do patriarcado”.

Segundo Iara Pietricovsky a supressão dos direitos reprodutivos sinaliza um retrocesso grave no interior do sistema ONU. “Durante 20 anos viemos construindo um marco dos direitos humanos por meio do que chamamos de ciclo social das Nações Unidas, que começa em 1992 e vai até a conferência de Durban. Agora nos confrontamos com um documento que desrespeita o que já foi assinado pelos países”. Para ela, 1992 foi um marco por ter conseguido alçar a afirmação de direitos e do conceito de sustentabilidade como pilares da agenda mundial. “O pilar econômico deveria estar submetido à lógica de uma justiça social e ambiental. O mundo promoveu um marco, mas não implementou”.

## Há 20 anos

O que tornou possível que a conferência em 1992 tenha gerado discussões mais avançadas que a Rio+20? Para Jean Pierre Leroy,



Jovem entrega mensagem ambientalista ao ex-presidente Fernando Collor durante a Rio 92



Dilma Rousseff comemora o encerramento da Rio+20 ao lado de Ban Ki-moon (à direita)

que co-organizou o relatório do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para a Rio 92, vinte anos atrás o mundo apenas começava a ter consciência da importância das questões ambientais. “Havia poucos compromissos anteriores a essa conferência, o que fez com que os governos estivessem mais livres para avançar”. A Agenda 21 é o título de um dos principais documentos negociados então. Com seus 40 capítulos e mais de 800 páginas, o documento é um amplo plano de ação que, entretanto, como lembra Leroy, não tem força legal. Para ele, o fato de a Agenda não engajar compromissos deu margem a muitos avanços que não seriam possíveis caso os governos tivessem efetivamente que se comprometer com o seu conteúdo. “A Agenda 21 custou quase dois anos para ser preparada, enquanto que o documento atual foi discutido em poucos meses e com o ônus de os governos terem percebido os impasses, os problemas, os bloqueios e não quererem se comprometer”.

Uma das principais críticas do comitê organizador da Cúpula dos Povos foi a baixa permeabilidade das Nações Unidas à efetiva participação social. Na conferência, o que poderia ter sido um avanço – a realização dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável com a sociedade civil – se transformou em mais do mesmo. “O governo brasileiro organizou o evento e convidou representantes de vários lugares do mundo para o debate dizendo que levaria sugestões desse espaço para a conferência oficial. Na verdade, tudo foi extremamente controlado, desde as pessoas que fariam aos convidados da plateia, o que já mostrava que as coisas estavam na mesa antes do começo da conferência. Não só a sociedade civil sentiu isso, mas também muitas delegações de países pequenos. Não diria que é totalmente um jogo de cartas

marcadas, mas um debate em que predomina os países principais, os grandes blocos”, descreve Leroy. Ele lembra que em 1992 havia mais confluência entre a conferência oficial e o Fórum Global, evento equivalente à Cúpula dos Povos, porque em muitos países a questão ambiental era portada por entidades da sociedade, enquanto agora são os aparelhos burocráticos que assumem essa agenda.

O que continua igual é a compreensão das Nações Unidas de que as principais soluções para os problemas ambientais e sociais passam pelo eixo econômico. “Os governos não se preocupam com a justiça ambiental, que para nós é uma questão central. Impactos ao meio ambiente afetam certas populações mais do que outras. Isso faz com que haja um afastamento de uma parte da sociedade civil dessas conferências que colocam na frente o mercado”, lamenta Jean Pierre. Em 1992, o contexto econômico era de avanço do neoliberalismo e internacionalização dos mercados, o que, segundo ele, impactou também a Agenda 21, que diz em um capítulo que o desenvolvimento sustentável será alcançado com a abertura das economias. No entanto, Leroy acredita que desde então houve uma escalada da ‘economização’ da ONU: “Já havia elementos na Rio 92 que permitiam dizer que a economia era o eixo central, mas na Rio+20 isso dá um salto, que, a meu ver, já estava sendo preparado faz tempo. Todas as conferências sobre clima ressaltam a importância do mercado para resolver a questão climática. Além disso, os governos, sempre querendo diminuir seus gastos, fizeram com que facilmente o consenso fosse a saída pelo mercado e aí então se criou esse nome ‘economia verde’”.

## Contra o capitalismo financeiro

“Creio que o desafio sinalizado pela Cúpula é sermos capazes de desenvolver uma campanha que ataque a coluna vertebral da economia verde, que é o capital financeiro internacional especulativo”, afirma Pablo Sólon, ex-embaixador da Bolívia nas Nações Unidas, atualmente diretor-executivo da ONG asiática Focus on the Global South. Para ele, o maior poder transnacional que existe hoje é o capital financeiro: os grandes bancos, as entidades que manejam fundos de investimento, as seguradoras e resseguradoras. “Sem uma campanha dirigida a acabar com o poder deste sistema financeiro, não conseguiremos conquistar um outro mundo. Para fazê-lo, temos que visibilizar essas entidades, pois as pessoas sabem o que uma transnacional como a Monsanto faz, identificam que seu negócio tem a ver com sementes, mas e o JP Morgan [banco de investimentos norte-americano]? Quem sabe o que é? Só as bolsas sabem e, no entanto, trata-se de um dos maiores poderes econômicos e financeiros do mundo”.

Sólon defende que a solução passa por pelo menos dois níveis de governança. No internacional, ele sugere o estabelecimento pela ONU de uma regulação mais rigorosa sobre o capital especulativo e o fim de paraísos fiscais. No entanto, denuncia, o *lobby* privado nas Nações Unidas está cada vez mais escancarado. “Quando trabalhava como embaixador da Bolívia, a maioria das pessoas presentes em reuniões sobre os mercados de carbono não era de fato membros da diplomacia dos países, mas consultores de empresas que se ofereciam para atuar como delegados. Eles falavam pelos países, mas quando estendiam seus cartões, lá estavam os logotipos das empresas consultoras ou que comercializavam bônus de carbono”, lembra, citando que a prática era especialmente comum em nações africanas e insulares. No nível nacional, a população deve pressionar governos e parlamentos para que estes estabeleçam proibições claras ao sistema financeiro, como leis contrárias aos instrumentos financeiros derivativos e medidas que regulem a atuação dos bancos que, na opinião do ex-embaixador, devem se limitar a funções básicas. “Um banco foi feito para guardar dinheiro e dar crédito, e não para fazer

fortunas especulando com o dinheiro que você deposita. No entanto, hoje essas instituições lucram, por exemplo, fazendo transações de um país para outro somente com o objetivo de ganhar à custa do câmbio das moedas”.

Outro exemplo de negócio bancário que extrapolaria as funções básicas prejudicando os povos seria a especulação no mercado de futuros, onde são negociadas safras de alimentos. Segundo explica Sólon, a alta nos preços de produtos agrícolas que vem gerando a chamada crise alimentar (a ONU registrou que em 2011 existiam no mundo mais de um bilhão de famintos) é resultado da migração de capitais especulativos que ficaram órfãos com o estouro da bolha imobiliária em 2008 nos Estados Unidos. “Hoje, um investidor não compra a safra de arroz deste ano, mas sim a produção que só vai existir em três anos. Como há aí um fator de risco, o preço da tonelada do arroz que seria de US\$ 10 passa a ser de US\$ 15 porque para estar seguro, o investidor contrata uma seguradora. Essa firma, no entanto, também não quer correr riscos e contrata uma resseguradora e assim indefinidamente. Então, a tonelada do arroz que antes valia US\$ 10, por meio da especulação, acaba valendo US\$ 200, o mesmo processo que fez com que as casas que valiam US\$ 200 mil fossem negociadas por US\$ 1 milhão”. Pablo sinaliza que esse processo faz com que os valores imaginários das bolsas superem em muito os valores atribuídos à riqueza dos países. “Hoje, o

## Marcha Anti-Corporações

Na noite do dia 19, mais de duas mil pessoas protestaram contra grandes empresas nacionais e multinacionais. O ato aconteceu em frente à sede da Vale, que “recebeu” dos manifestantes o título de pior empresa do mundo. Monsanto, Syngenta, Petrobrás e muitas outras também ganharam vaias.

Produto Interno Bruto (PIB) mundial é de US\$ 63 trilhões, mas estão se comercializando derivativos na ordem de US\$ 1.500 trilhões, um valor 250 vezes maior. Como isso pode ser possível? Vivemos em uma economia financeira de ficção”, definiu.

### Contra as transnacionais

A declaração final da Cúpula deixou claro: lutar contra as grandes corporações é um eixo que une todos os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Ainda durante o encontro, mais de 100 organizações lançaram uma campanha para por fim à impunidade das empresas transnacionais e seus crimes ambientais e econômicos. “Queremos que existam leis vinculantes no nível do direito internacional que possam julgar e sancionar as empresas, mas também precisamos de mais unidade na ação, apoio e solidariedade entre as diferentes campanhas. Por isso, acreditamos que lançar a campanha aqui pode ser útil para conseguir objetivos a nível internacional ou setorial”, detalhou Tom Kuchars, da ONG espanhola Ecologistas en Acción, também integrante de um grupo de trabalho contra a financeirização da economia e da natureza no âmbito da Rede Internacional por Justiça Climática.

Kuchars explicou que todos os tipos de empresas que jogam com o capital financeiro querem ampliar seus lucros com especulação usando os bens comuns. “Isso já aconteceu com os mercados de carbono, quando especularam com a emissão de dióxido de carbono. As empresas ganharam muito dinheiro, mas, de concreto, nada fizeram contra as mudanças climáticas. É um exemplo que demonstra que a financeirização da natureza traz grandes perigos”. De acordo com ele, o fracasso da Rio+20 e da Conferência sobre Mudança Climática das Nações Unidas, em Durban, pode ser creditado às corporações, que bloqueiam as decisões contrárias aos seus interesses. “O poder das transnacionais

se mede mano a mano com o poder dos Estados nacionais, que também não nos representam porque não querem mudar a situação, só lhes interessa o poder em matéria de *status quo*, de geração e manutenção de benefícios políticos e particulares”.

Mas que crimes essas empresas cometem? Segundo Tom, violação dos direitos trabalhistas, do direito à alimentação, do direito à água e do direito à saúde são alguns deles. “Se vamos para o exemplo do setor de mineração, isso significa perda da biodiversidade, contaminação dos rios, despejamento forçado das comunidades locais, emissão de gases de efeito estufa; significa processos industriais altamente contaminantes. Estamos vendo isso na região onde se instalou a TKCSA no Rio de Janeiro, onde milhares de famílias estão sendo contaminadas por resíduos da produção de ferro gusa”, observou. Empresas de energia que atuam na extração de petróleo, gás e carvão, explicou Kuchars, são as grandes responsáveis pela mudança no clima, cujos efeitos, como inundações, secas e perda dos solos férteis, produzem mais de 350 mil mortes por ano. “Se temos em conta todos esses impactos ambientais a médio e longo prazo, realmente são crimes de lesa humanidade porque cometidos sistematicamente. As empresas sabem das consequências de seus atos, mesmo assim, seguem praticando as mesmas políticas extrativistas, industriais, contaminantes. Os governos reunidos na Rio+20 também podem ser acusados de cometer crimes porque sabem quais são as medidas necessárias para o enfrentamento da pobreza, da fome, da mudança climática, mas não agem”.

### Por uma agricultura familiar agroecológica

A agricultura industrial significa um ecossuicídio porque em seu manejo produz os gases que afetam o seu próprio funcionamento. A afirmação é de Miguel Altieri, da Sociedade Latinoamericana de Agroecologia. O pesquisador é uma das principais referências mundiais no tema e esteve presente no seminário internacional 'Tempo de agir por mudanças radicais - Agricultura familiar camponesa e agroecologia como alternativa à crise do sistema agroalimentar industrial' que aconteceu durante a Cúpula. Para Altieri, são os sistemas tradicionais de agricultura que oferecem hoje as soluções para a crise ambiental, a exemplo dos cultivos que camponeses fazem em áreas que em parte do ano estão inundadas, nos quais os peixes cumprem importante função no controle de pragas, ou então das lavouras cercadas por bosques e florestas cultivadas por pequenos agricultores em várias partes do mundo, que contribuem para a manutenção do equilíbrio climático. “Esses sistemas foram capazes de resistir e enfrentar mudanças climáticas. É daí que a agroecologia precisa emergir”, sentenciou.

Para Jean Marc van der Weid, coordenador da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, esse tipo de discussão deveria ter ganhado espaço na conferência oficial. “Se discutíssemos só a agricultura e seus efeitos sobre o desenvolvimento de energia, aquecimento global e destruição de solos já teria sido um grande avanço. A agricultura está no coração de todas as relações do modelo de desenvolvimento com as questões ambientais”, afirmou. De acordo com ele, o tema foi invisibilizado na Rio+20. “O grupo de trabalho que deveria tratar da agricultura sustentável se reuniu pouco e não tem diagnóstico concreto. Comparando com as decisões tomadas em 1992, há poucas propostas. Além disso, quase nada foi feito para enfrentar problemas sérios como a perda de biodiversidade na agricultura detectada há 20 anos”.

Segundo Jean Marc, a agricultura propriamente dita, somada àquilo que é seu impacto direto, como o desmatamento, e também todo o processo que faz a comida chegar à mesa do consumidor, representa mais da metade das emissões de gases de efeito estufa. É um modelo dependente de petróleo, gás, carvão, fósforo e potássio, recursos em processo de esgotamento. “Por outro lado, temos o efeito sobre a poluição ambiental, que é

## Ato da Via Campesina



Era uma quinta-feira tranquila no Pter Mauá, um dos locais que abrigou eventos durante a Rio+20. Um deles, a exposição da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – que reúne expoentes do agronegócio como a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) – foi alvo da ação mais espetacular da Cúpula dos Povos. O ato organizado pela Via Campesina contou com cerca de 300 manifestantes que fingiam se interessar pelas supostas "práticas sustentáveis" expostas no *stand*. No entanto, a primeira

palavra de ordem rompeu a aparente tranquilidade. "O agronegócio é a mentira do Brasil". Logo outras frases eram repetidas por centenas de pessoas: "O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo" e "Se o campo não planta, a cidade não janta". Rápidos, os militantes espalharam cartazes denunciando o alto consumo de venenos no país, sempre cantando músicas contra empresas produtoras de agrotóxicos e sementes como Monsanto e Cargill. Após 10 minutos, eles deixaram o local e se reuniram a outros 2,5 mil manifestantes vindos da Candelária que àquela altura também protestavam do lado de fora.

enorme, por ser um sistema que usa uma quantidade gigantesca de agrotóxicos com efeitos colaterais como contaminação de água, solos e destruição de espécies, como insetos polinizadores, o que leva um desequilíbrio na reprodução natural das plantas". O efeito é maciço e vai ao ponto de produzir a multiplicação de algas na foz dos rios graças à deriva de resíduos de adubo químico nos cursos d'água. "Isso gera um efeito de sufocação, de retirada do oxigênio da água que mata tudo o que existe em volta. Por exemplo, 85% das espécies que sobreviviam em 20 quilômetros quadrados na foz do rio Mississippi [EUA] desapareceram". E, finalmente, há a contaminação dos agricultores, que manipulam uma série de venenos, e dos consumidores. "Particularmente em um país como o Brasil onde a vigilância sanitária é muito limitada, está em curso um processo de contaminação maciço e o **dossiê da Abrasco** mostra isso. A pessoa que come tomate com agrotóxicos todo dia não vai passar mal na hora, mas em cinco anos. Os venenos têm efeito cumulativo sobre a saúde. Esse processo já é considerado nos Estados Unidos um dos maiores fatores da chamada 'epidemia de câncer', que vem crescendo nos últimos 40 anos", alertou.

Derrubar mitos do agronegócio é o foco da segunda parte do dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) sobre agrotóxicos. Lançado na Cúpula dos Povos, o estudo 'Agrotóxicos, Saúde e Sustentabilidade' descobriu o discurso de que o agronegócio traz riqueza para o país, gerando empregos e renda nos locais onde é implantado e mostra as vantagens da agricultura familiar agroecológica. Enquanto o agronegócio gera 1,7 empregos a cada 100 hectares, a agricultura familiar emprega 15,3 na mesma dimensão, concentrando 74,4% do total de empregos gerados no campo. As famílias também são mais eficazes: 70% de todos os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar, apesar desta ocupar apenas 24,3% das áreas cultivadas. Mesmo assim, o governo federal investe mais no agronegócio. Dos R\$ 120 bilhões de recursos do Ministério da Agricultura, somente R\$ 16 bi foram para a agricultura familiar.

A solução dos povos, como descreveu Altieri, está na agroecologia desenvolvida no modelo de agricultura familiar. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), se o mundo adotasse esse modelo haveria disponibilidade de calorias suficientes para alimentar não só toda a população planetária como os nove bilhões de habitantes que existirão em 2050. "Além disso, todos os efeitos colaterais perversos do sistema convencional, como envenenamento, destruição de solos e uso massivo de energia são prevenidos. A agroecologia é uma forma de produção baseada fundamentalmente no manejo ecológico dos recursos naturais. Envolve, portanto, um mínimo de insumos externos e um máximo de reciclagem de nutrientes, matéria orgânica, o uso da biodiversidade natural das próprias propriedades como elemento de controle de patógenos e inimigos da produção", definiu Jean Marc. Ainda de acordo com ele, os sistemas agroecológicos precisam de muitos trabalhadores ligados umbilicalmente ao processo e, por isso, funciona melhor quando são eles os proprietários da terra. "Daí a relação com a agricultura familiar: a família tem interesse na manutenção daquele sistema então qualifica a sua intervenção".

## Muitas lutas

"Lutar contra Belo Monte é... [choro] é a vida, a vida da minha família que vem da pesca, da roça. Meus pais e avós me deixaram com terra, com floresta, com rio, e a barragem não vai deixar herança para os outros, nem de água, nem de peixes. As espécies que serão destruídas só existem ali e não queremos que as próximas gerações as conheçam apenas de história, queremos que elas sobrevivam desse rio e a barragem anula as próximas gerações. Então, é lutar por uma casa que é de todos. A nossa Amazônia é água, então imagina se barrarem todos esses rios! São mais de 16 barragens programadas, como vai ficar?". A fala emocionada da paraense Ana Laíde Barbosa, de

uma família de pescadores da região de Belém, mostra o tom da resistência contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, uma das lutas mais lembradas durante a Cúpula dos Povos. O protesto contra o empreendimento ecoou em vários momentos nas vozes do grande contingente de indígenas presentes no encontro – algumas lideranças conhecidas e respeitadas, como o cacique Raoni –, além de ribeirinhos, pescadores e diversos movimentos envolvidos com a causa. Outros megaprojetos hidrelétricos, como as usinas de Jirau e Santo Antônio, também foram duramente criticados, dando margem a uma aliança que ultrapassou fronteiras nacionais, reunindo afetados por projetos do mesmo tipo na Amazônia peruana, Estados Unidos e Mesopotâmia.

A Cúpula teve como *slogan* ‘Venha reinventar o mundo!’ e durante os oito dias de evento os povos mostraram que têm propostas para a crise mundial. Muitas dessas soluções já são postas em prática, como a agroecologia, o uso de tecnologias sociais que possibilitam a convivência com biomas como o semiárido, a produção de energia descentralizada e menos impactante, além de inúmeras experiências de economia solidária no campo e na cidade. A carta final da Cúpula aponta eixos de luta gerais como a oposição ao pagamento de dívidas econômicas injustas e a realização de auditorias populares sobre as mesmas, a exigência de cumprimento da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que exige a consulta e consentimento de povos indígenas e tradicionais sobre quaisquer empreendimentos e assuntos que possam afetá-los, além da luta pela garantia do direito dos povos aos territórios urbanos e rurais, a defesa da democratização da comunicação, a rejeição da violência contra as mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros. O documento apontou ainda uma proposta de construção do dia mundial de greve.

“A confluência de entidades, movimentos e pessoas que querem

## Marcha Global

Momento emblemático da Cúpula, levou mais de 80 mil pessoas à Avenida Rio Branco



Viviane Iovares

um modelo de desenvolvimento diferente é a principal conquista. Agora, é levar para nossas bases as propostas e construir sua materialização. Nós, da agricultura, percebemos que nosso foco é lutar contra os agrotóxicos, porque esses venenos são formas predadoras do atual modelo. Imagino que para os companheiros que moram em áreas indígenas ou locais que vêm sendo objeto de especulação das mineradoras, a principal forma de enfrentar o modelo é lutar contra as empresas. Espero que o povo da cidade também lute contra esse modelo estúpido de transporte individual baseado no automóvel que está poluindo e transformando o espaço urbano em um lugar impossível de se viver. O principal é que daqui sai outro patamar de consciência para as lutas”, avaliou João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no final do evento. “Este não é o ponto final de um processo, aqui começa a luta. Estamos assistindo à ascensão de convergências em resposta ao processo de economia verde. Daqui para frente, os quilombolas não estarão sozinhos protestando no Congresso Nacional. Junto deles, estarão os indígenas, os camponeses, as mulheres, as organizações socioambientais”, resumiu Paulino Montejo, da Articulação dos Povos Indígena do Brasil (Apib), na coletiva de imprensa de balanço da Cúpula dos Povos. ●

## Todos pela Vila Autódromo

A desterritorialização de comunidades por megaeventos, como a Copa do Mundo, e a especulação imobiliária foram tema de protesto na Cúpula dos Povos. Na manhã do dia 20 de junho, aproximadamente 1,5 mil pessoas participaram da manifestação pela comunidade de Vila Autódromo, em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. “O que há em comum nas lutas de todos os movimentos do campo e da cidade que estão aqui é a luta por território. É a luta para garantir que a função social da propriedade, que está na Constituição, seja de fato um direito do povo brasileiro”, disse Eduardo Cardoso, da Coordenação Nacional da Central de Movimentos Populares (CMP).

# De Summers, sem carinho

Em 1991, Lawrence H. Summers redigiu muitos memorandos. Como economista-chefe do Banco Mundial, escrever documentos do gênero fazia parte da sua rotina de trabalho. Um, no entanto, ficou para a história do movimento ambientalista. Escrito no dia 12 de dezembro, o conhecido Memorando Summers defendia basicamente a exportação de indústrias poluentes para países subdesenvolvidos. Vazado pela revista *The Economist* (que condenou a linguagem usada, mas classificou a argumentação como “difícil de rebater do ponto de vista econômico”), o texto provocou indignação mundial, o que levou o economista a minimizá-lo, justificando que estava sendo apenas irônico. Mesmo depois do episódio, Summers não caiu no ostracismo: o economista participou da equipe que desenhou alternativas de resposta à crise econômica de 2008 para o então candidato à presidência dos EUA, Barack Obama.

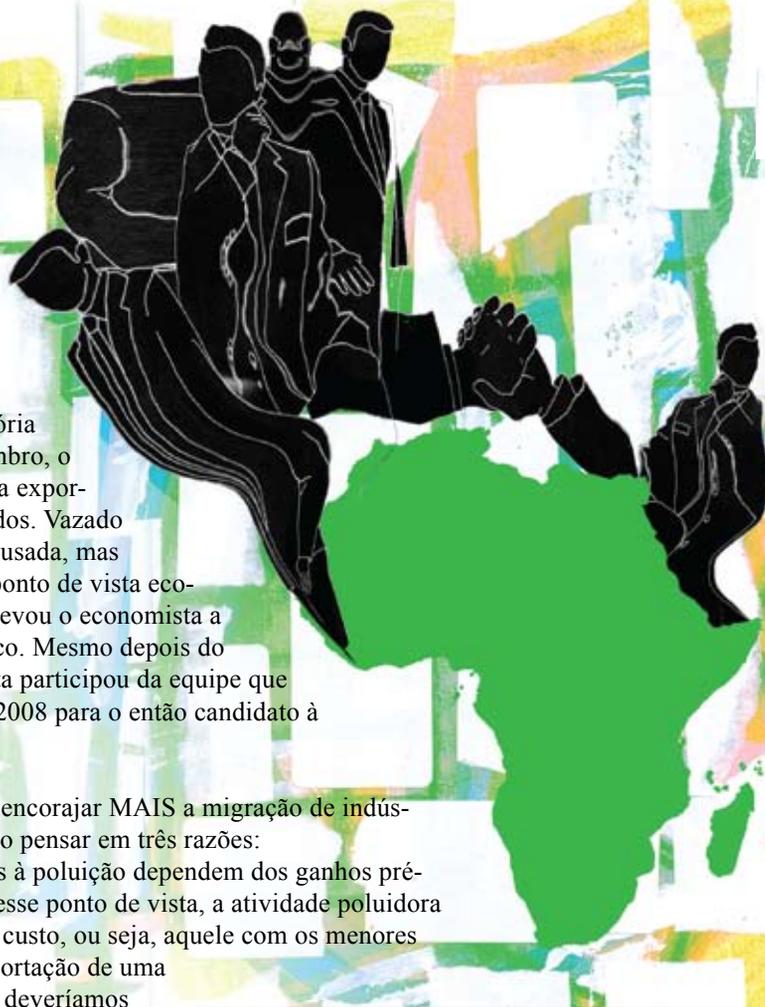
“ Só entre vocês e eu, o Banco Mundial não deveria encorajar MAIS a migração de indústrias sujas para os países menos desenvolvidos? Eu posso pensar em três razões:

1) Os cálculos das despesas de saúde relacionadas à poluição dependem dos ganhos prévios relacionados a altas taxas de morbimortalidade. Desse ponto de vista, a atividade poluidora que impacta a saúde deve ser feita no país com o menor custo, ou seja, aquele com os menores salários. Penso que a lógica econômica subjacente à exportação de uma carga de resíduos tóxicos para esses países é impecável, deveríamos encerrar essa realidade.

2) Eu sempre pensei que países subpovoados da África são vastamente SUB-poluídos, a qualidade do ar desses lugares é provavelmente muito ineficiente se comparadas a Los Angeles ou Cidade do México. Lamentável o fato de que tanta poluição seja gerada por indústrias não exportáveis (transportes, geração de energia) e que o custo unitário do transporte de resíduos sólidos de poluição seja tão alto prejudicando o bem-estar mundial pela exportação de poluição e resíduos.

3) A demanda por um meio ambiente limpo, tanto por razões estéticas quanto de saúde, é suscetível à elevada elasticidade provocada pela renda. A preocupação em torno dos agentes que causam uma alteração em um milhão nas chances de desenvolver câncer de próstata vai, obviamente, ser muito maior em um país onde as pessoas sobrevivem até a idade de terem câncer de próstata do que em um país onde a mortalidade de crianças abaixo de cinco anos é de 200 a cada mil. Isso também é válido quanto à preocupação em torno da descarga industrial na atmosfera. Essas descargas devem ter uma ligação muito indireta com a saúde. Enquanto a produção é móvel, os consumidores de ar limpo não são exportáveis.

O problema com os argumentos contra todas estas propostas para mais poluição nos países menos desenvolvidos (direitos intrínsecos a certas mercadorias, razões morais, preocupações sociais, a falta de mercados adequados, etc.) poderia ser revertido e utilizado de forma mais ou menos eficaz contra qualquer proposta do Banco para essa liberalização.”



## PRA LEMBRAR

### 10 de julho

Atentado à bomba provoca o naufrágio de embarcação do Greenpeace, causando a morte de um tripulante. O ano era 1985 e os ativistas protestavam contra testes nucleares do governo francês na Polinésia.

### 25 de agosto

Em 1891, Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, afirma publicamente que “árvores causam mais poluição do que automóveis”. O político já havia afirmado, em 1966, que “quem viu uma árvore, viu todas”.

### 27 de agosto

Em 1859, nos Estados Unidos, Edwin Drake fez a primeira perfuração bem-sucedida de um poço de petróleo, a uma profundidade de 21 metros. Cinco anos mais tarde, 543 companhias dedicadas à atividade atuavam no país.

O óleo que contaminou a Baía de Guanabara em 2000 partiu da Reduc, refinaria da Petrobrás em Duque de Caxias



## Rio+20 e Cúpula dos Povos

### Vida e morte na zona de sacrifício

Toxic Tour visita empreendimentos poluidores para denunciar o lado negro do "desenvolvimento" no Rio de Janeiro

André Antunes

Maíra Mathias

Raquel Júnia

Na tarde do dia 19 de junho, uma sexta-feira, dois homens pegaram um barco e saíram da praia de Mauá para as águas da Baía de Guanabara. Faziam o que tinham aprendido com seus pais que, por sua vez, apreenderam o ofício da pesca com seus avós. Diferente de tantas pescarias praticadas por seguidas gerações, aquela foi diferente: Almir Nogueira de Amorim, 40 anos, e João Luiz Telles Penetra conhecido como Pituca, 45, foram assassinados. O corpo de Almir foi encontrado próximo ao município de Magé no domingo: amarrado ao barco submerso próximo à praia de São Lourenço. Na segunda-feira, encontraram Pituca: mãos e pés amarrados, próximo à praia do Gradim, em São Gonçalo. Os pescadores faziam parte da Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), que desde a fundação, em 2003, já sofreu com o assassinato de outros dois membros e se tornou símbolo da resistência da cultura caiçara em uma região cada vez mais hostil à população e receptiva a megaprojetos poluentes, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) da Petrobrás.

Dar visibilidade internacional às comunidades fluminenses entrenchadas por grandes empreendimentos foi o objetivo do Toxic Tour, iniciativa que entre os dias 15 e 17 de junho levou ativistas, jornalistas e pesquisadores estrangeiros a três projetos com enormes impactos sociais e ambientais localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro. Partindo da sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiador de grande parte das empresas em operação no país, as visitas tiveram como destino o bairro carioca de Santa Cruz e a comunidade pesqueira da Baía de Sepetiba, afetados pela Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), e os municípios de Duque de Caxias e Magé, onde populações inteiras sofrem com a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) e com a construção do Comperj. Em Caxias, os visitantes conheceram ainda o aterro sanitário de Jardim Gramacho, hoje desativado, e o terreno contaminado na área de Cidade dos Meninos.

## Magé

Segundo os pescadores, tudo começou em 2000. Naquele ano, 1,3 milhão de litros de petróleo vazaram dos dutos da Petrobrás. A ruptura da válvula que levava o óleo da Reduc a uma refinaria no meio da baía de Guanabara aconteceu à 1h da manhã, mas só foi detectado às 7h por um pescador que avisou a polícia. De acordo com Alexandre Anderson, presidente da Ahomar, foi apurado que a temperatura do óleo no momento do acidente variava entre 80°C e 90°C, muito acima do patamar considerado seguro, 60°C, o que teria causado o rompimento. Desde então, além de lidar com os impactos ambientais, quem vive da pesca na região começou a se defrontar cada vez mais com restrições à navegação trazidas pelas obras do Comperj. “Há 12 anos a Petrobrás prejudica a pesca na baía de Guanabara. O derramamento de óleo destruiu a fauna, a flora e a vida do pescador. Até hoje a Petrobrás não nos ressarciu os prejuízos. Em 2007, quando a pesca começou a voltar ao normal, começaram os projetos”, contou Pelé, membro da associação e pescador há 23 anos, durante o Toxic Tour.

Desde então, a Ahomar começou a incomodar peixes grandes com os muitos protestos contrários às obras do complexo. A principal resistência aconteceu em 2009, quando a associação impediu a instalação dos dutos acampando em cima das estruturas por 38 dias, até que enferrujassem, causando um prejuízo de milhões à Petrobrás. Em maio daquele ano, Paulo Santos Souza, tesoureiro da associação, foi assassinado a tiros dentro de casa, na frente dos dois filhos menores. Em 19 de janeiro de 2010, o pescador Márcio Amaro também foi assassinado em casa, um dia depois de entregar um documento com nomes e fotos de grupos armados que faziam segurança das balsas e dos canteiros

de obras da Petrobrás na sede da empresa. Os crimes jamais foram esclarecidos.

Após sofrer vários atentados, Alexandre Anderson tem certeza que as ameaças à sua vida e os assassinatos de Paulo, Márcio, Pituca e Almir não são obra de nenhuma coincidência. Em entrevista por telefone à Poli, ele conta que, ao contrário do que foi divulgado pela Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo, a comunidade de pescadores não acredita que as mortes de Pituca e Almir sejam fruto de uma disputa por territórios de pesca com curralheiros da região. “Entendemos que as circunstâncias dos homicídios não deixam margem a essa versão, inclusive desconhecemos essa disputa. É sabido que há uma resistência dos pescadores quanto à ocupação industrial da Baía de Guanabara. Nossa defesa do meio ambiente e da pesca artesanal atrasa muito os empreendimentos, não só da Petrobrás, como de outras empresas químicas que chegam atraídas pelo Comperj. Estamos com medo e quem ganha com isso são as empresas”, avalia.

Alexandre, que anda com escolta policial fornecida pelo Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Presidência da República, reivindica que mais membros da Ahomar sejam protegidos. De acordo com ele, os homicídios, que aconteceram apenas um dia após o término da Cúpula dos Povos, ocorreram em um momento em que todas as energias da associação estão concentradas na campanha contra o uso industrial do rio Guaxindiba, localizado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim. “Eles foram mortos próximos ao Guaxindiba, achamos que pode ser um recado”.

A inviolabilidade dos rios da APA Guapimirim e da Estação Ecológica Guanabara, duas unidades de conservação federais, foi uma das condicionantes prévias para a Petrobrás conseguir a li-

cença do Comperj. A empresa enfrenta problemas para transportar equipamentos pesados do porto do Rio de Janeiro para o complexo. Em 2008, algumas alternativas foram apresentadas pela Petrobrás ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e de acordo com a própria empresa, a mais impactante seria a dragagem do Guaxindiba. “Ano passado a alternativa do Guaxindiba foi surpreendentemente reapresentada pela empresa, que alegou que a construção do porto em São Gonçalo seria muito mais cara do que a hidrovía, um argumento exclusivamente financeiro. Daí a ênfase da equipe técnica da APA, acompanhada pelo seu conselho, em manter um posicionamento firme contra a hidrovía”, explica Breno Herrera, chefe da APA Guapimirim. Desde então, o conselho da sociedade civil que faz parte da gestão da unidade, do qual a Ahomar faz parte, denuncia os possíveis impactos: “A draga levantaria sedimentos do fundo do rio, gerando a suspensão de metais pesados que estão inertes porque o leito do Guaxindiba é um ambiente sem muito oxigênio. Em atividade, os metais contaminariam o pescado”, explica Herrera.

## Santa Cruz

Seu Francisco saiu de casa para olhar o movimento. Ficou curioso com tanta gente que desceu de um ônibus, quase todos com câmeras na mão e alguns falando outros idiomas. Perguntou o que estava acontecendo e explicaram a ele que os “turistas” eram pessoas de diversos países e do Brasil que estavam no Rio de Janeiro por ocasião da Rio+20 e foram conhecer de perto os impactos da TKCSA. “É um perigo isso aqui”, comentou ele.

Seu Francisco, que mora no bairro há 60 anos, viu o local mudar muito com a chegada da empresa. Assim como ele, milhares de pessoas – estima-se que 20 mil – sentem os impactos da poluição



"Isso foi fraude deles", denuncia Jacir sobre os argumentos que levaram à instalação da TKCSA em Santa Cruz

gerada pelo empreendimento na vida cotidiana, especialmente nos últimos dois anos, quando começaram as atividades da siderúrgica e uma "chuva de prata" começou a cair em cima das roupas no varal, das plantas e passou a fazer parte do ar respirado pelas pessoas. A siderúrgica entrou em operação em junho de 2010, mas acumula denúncias e processos desde o início do projeto de instalação, em 2005. Os moradores do local também resistem desde então e já realizaram diversas ações, inclusive fora do país, com o apoio de entidades socioambientais. A empresa chegou a ser multada pelos órgãos de fiscalização estaduais mais de uma vez.

A viagem até Santa Cruz demorou cerca de uma hora. A fumaça dos alto-fornos da siderúrgica já pôde ser vista assim que o ônibus chegou ao bairro. A comitiva avançou o mais próximo possível de um dos portões de entrada da TKCSA, onde um carro da segurança particular estava estacionado. Os visitantes fotografaram e filmaram a siderúrgica e também foram fotografados por um dos seguranças. Em seguida, os moradores organizaram uma recepção em um salão de festas para relatarmos os impactos sofridos. Nas paredes, cartazes de protesto contra a presença da TKCSA na região e várias fotos das evidências do impacto.

Jacir do Nascimento, ex-pescador, relatou emocionado o que vem acontecendo desde que a empresa se instalou em Santa Cruz: "Não podemos mais tirar o nosso sustento da Baía de Sepetiba, temos que procurar um outro modo de viver para levar o sustento para dentro de casa. A TKCSA acabou com os peixes. Os nossos governantes aceitaram essa empresa aqui, depois que eles tentaram se instalar em vários outros locais e não conseguiram. Disseram que não havia moradores perto de onde a empresa seria implantada, o que não é verdade".

Jacir acrescentou que antes da instalação da empresa foi feita uma reunião com os moradores. Na ocasião, eles se posicionaram contra o empreendimento. Entretanto, de acordo com ele, a posição levada para a Alemanha, sede da siderúrgica, foi de que os moradores de Santa Cruz não estavam apresentando resistência à TKCSA. Ainda segundo ele, fotos do bairro foram tiradas de forma a mostrar as partes menos habitadas para tentar referendar o argumento de que não haveria impactos significativos à comunidade. "Isso foi fraude deles. Agora estamos passando esse perrengue aqui, minha vista tem ardência o tempo todo, essa cocci- ra na pele. Eu com um pulmão só, pescador, com 58 anos de idade, não estou aguentando. E as crianças, como ficam? Quem já tem bronquite não aguenta", protestou.

Moradores de Santa Cruz fundaram recentemente a Articulação da População Atingida pela Companhia Siderúrgica do Atlântico e, com o apoio de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que estudam os impactos da poluição particulada na saúde – e chegaram a ser processados pela empresa por causa disso – têm feito diversas ações de denúncia. Segundo relatório elaborado pela Fiocruz, no material particulado coletado na casa dos habitantes do entorno da siderúrgica foram encontrados diversos elementos químicos, como ferro, cálcio, manganês, silício, enxofre, alumínio, magnésio, estanho, titânio, zinco e cádmio, contrariando a tese da siderúrgica de que se trata apenas de grafite.

Para Fernando Costa, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, também presente no Toxic Tour, a instalação da TKCSA em Santa Cruz é um típico caso dos negócios fechados entre as empresas e os governos sem levar em conta os direitos básicos das populações. "Aqui nós vemos um caso exemplar de injustiça ambiental que acontece em vários locais do mundo, uma comunidade que não foi consultada e que está sofrendo os impactos. Eles estão resistindo, mas a empresa tem muito mais força, está junto com o governo. Existe uma captura corporativa, uma relação promíscua das grandes corporações com os governos e é isso que estamos vendo aqui. As opções do governo não são mais para defender o povo, mas entregá-lo para essas iniciativas".

## Duque de Caxias

Jardim Primavera, Beco da Alegria, Campos Elíseos... Quem escuta pela primeira vez os nomes de algumas das localidades próximas à Reduc pode até supor que eles oferecem boas condições de vida às populações que moram ali. Uma rápida visita a esses locais,

porém, é suficiente para desmentir essa impressão: no entorno da refinaria – que segundo o governo federal rende ao Estado R\$ 1,2 bilhão por ano em impostos – milhares de pessoas vivem em condições precárias: habitam casas sem saneamento básico, transitam por ruas sem asfalto e têm pouco acesso a serviços públicos de saúde, educação e transporte. Para piorar, ainda sofrem os impactos diretos das atividades do empreendimento.

“Os poucos dados disponíveis mostram uma grande poluição do ar na região vizinha à refinaria, com vários poluentes com níveis acima do considerado aceitável, como o monóxido de carbono, compostos orgânicos voláteis e ozônio em baixa atmosfera”, enumerou Sebastião Raulino, do Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP – BG), que atuou como guia durante a visita. Dados levantados pelas estações de monitoramento do ar próximas à refinaria mostram que os índices de ozônio em baixa atmosfera na região chegam a 300 microgramas por metro cúbico, o triplo do aceito pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo a OMS, o ozônio em baixa atmosfera está relacionado a problemas respiratórios e irritação dos olhos e nariz. “Níveis que não deveriam ser ultrapassados mais de uma vez ao ano são ultrapassados mais de 100 vezes dependendo do local”, aponta Sebastião, que é professor da rede pública de Duque de Caxias e da UERJ. “Há outros poluentes, mas não sabemos exatamente tudo o que é lançado para a atmosfera e nem os efeitos sinérgicos desses poluentes. Não temos um estudo epidemiológico da região, que seria uma maneira de tentar relacionar as doenças mais incidentes com o tipo de atividade econômica e pensar, daí, políticas de saúde”, criticou.

Segundo Raulino, a deposição irregular de resíduos é outro problema comum. “Já tivemos casos de crianças que morreram por causa do contato com produto tóxico lançado em terreno baldio”, revelou. Por fim, as populações do entorno da refinaria ainda convivem com o risco cotidiano de acidentes, como a explosão de uma esfera de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em 1972, que causou pânico entre moradores da região. E esse não foi o único acidente. “Em 1999, houve um incêndio na Petroflex em que ocorreu a emissão de um pó branco que atingiu bairros de Caxias e de Belford Roxo causando problemas respiratórios”.

A presença da Reduc multiplicou empreendimentos ligados ao setor químico. Hoje, 76% das indústrias de Duque de Caxias são ligadas ao setor e geram, por meio de impostos, boa parte do orçamento do município. Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Duque de Caxias tem o 15º maior PIB municipal do Brasil, mas essa riqueza não beneficia a população. “Caxias tem todos os problemas comuns à Baixada Fluminense, apesar da riqueza produzida aqui. Os serviços de saúde e as escolas são muito precários”, disse Raulino. Segundo ele, um dado que mostra a dissonância entre a pujança econômica e as condições de vida da população são os altos índices de hanseníase na cidade. “É uma das campeãs em casos de hanseníase por número habitantes no país, o que mostra a precariedade do atendimento à saúde e a falta de saneamento básico na cidade”, apontou.

## Gramacho

Além da Reduc, a visita à Duque de Caxias também passou pelo aterro sanitário de Jardim Gramacho, que recebeu durante mais de 30 anos o lixo produzido na região metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de ter sido fechado esse ano, o aterro deixou como legado para a cidade um enorme passivo ambiental que levará décadas até ser equacionado. “Hoje se fala que o problema está resolvido, mas o que ocorreu foi apenas a transferência do problema para Seropédica, para onde o lixo está

sendo levado desde o fechamento de Gramacho”, apontou Sebastião Raulino. “Ali já estão sendo constatados problemas como a contaminação por chorume de córregos próximos. Além disso, as famílias do entorno agora sofrem com moscas, que passaram a infestar áreas a até sete quilômetros do aterro”.

## Cidade dos Meninos

Duque de Caxias também abriga um dos casos mais antigos de injustiça ambiental em território fluminense: a Cidade dos Meninos, antigo colégio agrícola fundado pela então primeira dama Darcy Vargas, em 1946. Um ano depois, nove pavilhões que não estavam sendo utilizados pelo colégio passaram a abrigar o Instituto Nacional de Malária, que para combater a malária e a doença de Chagas, instalou na área uma fábrica de inseticidas que passou a produzir compostos que hoje são proibidos, como o DDT e o BHC. Em 1960, a fábrica foi desativada. Cidade dos Meninos é hoje uma comunidade onde moram 550 famílias, a maioria descendente de gente que foi para o local trabalhar no colégio e na fábrica de inseticidas. De acordo com Miguel Dupot, morador da comunidade, o passivo ambiental deixado pela indústria de inseticidas ainda prejudica a saúde da população, mas a extensão do problema até hoje é desconhecida devido à omissão do poder público. “A literatura científica diz que o BHC provoca câncer, entre outros males e por isso desde 1991 estamos brigando na justiça pelo cercamento da área da antiga fábrica, segregação do material contaminante e o acompanhamento da saúde da população”, apontou. Segundo ele, em 1995 a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) realizou exames de sangue para detectar a presença de BHC no organismo de moradores. O Ministério da Saúde proibiu a divulgação dos resultados alegando que o estudo adotara uma metodologia incorreta. ●

VLADIMIR SAFATLE

'A pergunta passa a ser 'o que eu devo fazer para ajudar?' (...) enquanto a questão principal deveria ser 'contra quem e contra o quê eu devo lutar?'

Maira Mathias

Vladimir Safatle faz parte de uma nova leva de intelectuais de esquerda que não se intimida diante da diversidade de questões trazidas pelo mundo contemporâneo. Nessa entrevista, o professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) mostra que a crise da democracia representativa pode ser a chave para compreender melhor fatos que à primeira vista não estão relacionados, desvelando mecanismos que ligam islandeses a pescadores brasileiros, ecologistas a jovens que voltam a reivindicar as ruas como espaço do fazer político. Um dos autores de 'Occupy' (Boitempo, 2012), Safatle defende que vivemos um momento em que a crítica da democracia, longe de balizar o totalitarismo, reacende a capacidade de reinvenção democrática na perspectiva da soberania popular. Com o lançamento de 'A esquerda que não teme dizer seu nome' (Três Estrelas, 2012), o filósofo propõe a urgência da saída do "cômico e depressivo fatalismo", que, desde a queda do muro de Berlim, alimenta a falsa impressão de que nenhuma ruptura radical está na pauta do campo político.

**No seu livro, o senhor defende que falta à esquerda mostrar o que é inegociável. Abandonar o pragmatismo, superar os impasses da 'governabilidade', dentre outros elementos, seriam caminhos para isso. Em contrapartida, paira uma dúvida sobre os próprios partidos, sindicatos e estruturas semelhantes: será que serão capazes de se transformar? Os jovens que ocupam as ruas do mundo parecem não se identificar com esse tipo de organização da vida política. Por que isso acontece?**

Acho que estamos em um momento em que há uma consciência cada vez mais clara da necessidade de superação dos limites institucionais da democracia parlamentar e representativa. Isso não significa nenhuma profissão de fé totalitária, mas a compreensão de que há uma plasticidade institucional inerente à experiência democrática que não pode ser bloqueada sob o auspício de alguma espécie de medo. A juventude desencantada com os partidos e com outras estruturas institucionais, como os sindicatos, está simplesmente veiculando aquilo que é a natureza fundamental da experiência democrática: sua capacidade de reinvenção institucional. As instituições não foram feitas para durar para sempre, e sim por certo tempo, devido a certas configurações.

### **O que aconteceu com os partidos de esquerda?**

Os partidos de esquerda passaram por duas fases. A primeira, muito marcada pela polaridade entre os partidos socialdemocratas e os partidos comunistas, sustentou o desenvolvimento dos Estados de bem-estar social na Europa nos anos 1950 e 1960. O segundo momento dos partidos de esquerda é resultado das ideias libertárias de maio de 1968, que vai gerar uma miríade de partidos libertários, sendo o mais importante deles o partido verde. Os partidos verdes vão conseguir impor uma pauta ecológica fundamental no debate político, mas este movimento também se esgotou. Talvez o último relance dele esteja acontecendo na Alemanha com o Partido Pirata. Só que falta uma terceira leva de partidos que sejam capazes de processar a situação fim de linha da crise de 2008, que ainda vai se perpetuar durante muito tempo.

### **Como esses partidos se caracterizariam?**

Falta uma geração de partidos que tenha consciência de problemas vinculados à desigualdade econômica, coisa que esses partidos de segunda geração não têm. Diga-se de passagem, o Partido Verde alemão foi responsá-



Folhapress

vel pela lei que desregulamentou e flexibilizou o mercado de trabalho, votada na época do Gerhard Schröder [premier alemão de 1998 a 2005]. Falta uma geração de partidos com a coragem de radicalizar os processos de institucionalização da soberania popular. Partidos que não funcionem como partidos. Isso pode parecer uma coisa estranha, mas no fundo é muito importante. Partidos que não tenham essa estrutura centralizada, estrategicamente orientada, em que as discussões se submetem às estratégias político-partidárias eleitorais do dia. Por que os jovens não querem entrar em partidos hoje? Porque não querem ter a sua capacidade crítica instrumentalizada por cálculos eleitorais. Ninguém mais quer ficar fazendo uma aliança política com fulano para garantir a eleição de sicrano. Esse tipo de raciocínio de mercador, que conseguiu monopolizar a política em todos os seus níveis – inclusive no campo das esquerdas – é o que boa parte dos jovens de hoje se recusa veementemente a seguir, com todas as razões.

### **O que se coloca no lugar disso?**

É fundamental encontrar um modelo de participação eleitoral em que esse tipo de posição não seja rifada. Ninguém aqui está fazendo a profissão de fé que vigorou nos anos 1990 de mudar o mundo sem tomar o poder. Isso não funcionou nem funcionará, o Egito é um exemplo. O grupo que realmente mobilizou o processo revolucionário chama-se Movimento 6 de abril. Eles decidiram não entrar no jogo eleitoral e estão cada vez mais isolados. Essa coisa da força que vem das ruas e vai pressionar o regime de fora tem limite. Então, não se trata de uma crítica abstrata do processo eleitoral, mas da constatação de que é necessário saber entrar nesse processo de uma maneira diferente da que vimos até hoje. Talvez a criação de alianças flexíveis para uma eleição que depois se dissolvem, como a

Frente de Esquerda na França, coisas desse tipo. É difícil saber o que vai aparecer, mas uma coisa é certa: o que temos hoje não dá mais conta. Há uma fixação muito grande na democracia representativa. Desde os anos 1970 vivemos nas Ciências Políticas uma espécie de deleite em ficar discutindo como deve ser o jogo democrático, a estrutura dos partidos, dos poderes e blá, blá, blá. Esse tipo de perspectiva bloqueia radicalmente a ideia de que uma das questões centrais da democracia é fazer a crítica da democracia. Quando a democracia perde sua capacidade de reinvenção, ela morre. É o que está acontecendo agora.

### **O que contribuiu para a recomposição do espaço público das ruas e por que ele foi abandonado durante tanto tempo?**

Para você ter crítica social e mobilização é necessário desencanto. Vários níveis de desencanto foram necessários para que as pessoas voltassem às ruas. Quando eu tinha vinte e poucos anos, o discurso era de que nunca mais veríamos grandes mobilizações populares. Poderia haver mobilizações pontuais sobre questões pontuais, mas nunca uma mobilização que colocasse em xeque o modelo de funcionamento e gestão da vida social no interior das sociedades capitalistas avançadas. Hoje vemos que quem fez essas previsões não só errou como tinha interesses ideológicos inconfessáveis. As pessoas que saíram às ruas em 2011 queriam discutir o modelo de funcionamento da estrutura econômica e social das nossas sociedades. No momento em que isso aconteceu, muitos, principalmente da imprensa, se deleitaram em dizer que eles não tinham propostas, o que é falso. Quem foi às ruas buscou o direito de colocar os problemas em questão. Muitas vezes, a pior maneira de se pensar em um problema é ‘solucioná-lo’ muito rapidamente. Também houve quem não tenha ido às ruas e, diante da crise financeira, apareceu com soluções prontas. Essas ‘soluções’ só pioraram os problemas.

### **No que diz respeito à agenda ambiental, existem muitas ‘soluções’ que, na verdade, provocam um esvaziamento deliberado do potencial político das questões ecológicas. Vemos a individualização da responsabilidade pela poluição presente no discurso das sacolas plásticas, do tempo que as pessoas devem gastar tomando banho, etc. e também um esforço em afastar a população da discussão travestindo-a como eminentemente técnica. Como vê isso?**

É uma tentativa de retirar a força política da questão ecológica transformando-a em uma questão moral. A discussão gira em torno dos atos dos indivíduos, que precisam ser modificados. Você precisa gastar menos tempo no banho, comprar produtos bio e coisas desse tipo. É uma maneira muito astuta de operar um deslocamento que é mortal para o problema ecológico, porque a pergunta passa a ser “o que eu devo fazer para ajudar?” – e, a princípio, parece legal todo mundo fazer alguma coisa para ajudar –, enquanto a questão principal deveria ser “contra quem e contra o quê eu devo lutar?”. Sem isso, a tendência é esvaziar completamente a dimensão da discussão ecológica, pois não se questiona o modelo econômico e de desenvolvimento. É o forte potencial político dessa discussão reside justamente nesse questionamento do modelo de desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas, colocando em xeque o modelo de organização e gestão das cidades, dos transportes, dos resíduos, da energia... Como resultado desse deslocamento da dimensão política para a moral, nada disso é colocado em questão, por mais que todo mundo defenda com a mão no coração ‘as florestas’, a questão que a ecologia trouxe está fora do debate.

**A retórica do discurso técnico na qual as pessoas não conseguem ter acesso aos fatos sem a mediação de especialistas é um obstáculo para a reconstrução do campo político nas bases dessa democracia direta, estreitamente ligada aos reais interesses das populações, não?**

Posso dar um exemplo sobre esse tipo de problema. A Islândia foi um dos primeiros países a entrar na crise financeira de 2008. Bancos islandeses venderam fundos de investimento na Holanda e na Inglaterra e quando esses bancos quebraram, os governos holandês e inglês exigiram que o governo da Islândia bancasse a dívida dos bancos. Diante disso, o parlamento islandês resolveu votar uma lei de ajuda aos bancos falidos e a lei passou. Mas o presidente da Islândia, que era um sujeito mais esclarecido, lembrou que a Constituição do país previa a convocação de um referendo popular em casos como aquele. Resumindo, ele lembrou que o princípio central da democracia é: quem paga a orquestra, escolhe a música. Quem pagaria aquela dívida não seria o parlamento, mas a população, que teria seus recursos e salários expropriados por uma série de impostos destinados ao pagamento da dívida dos bancos. A população islandesa decidiu que não queria isso. Depois do resultado do referendo, aconteceu a coisa mais fantástica, que é a essência da democracia parlamentar atual: o parlamento votou e aprovou mais uma vez a mesma lei de ajuda aos bancos. Então, novamente, o presidente acionou o mecanismo do referendo popular e, pela segunda vez, os islandeses disseram não. O que isso significa? Alguns podem questionar “como uma questão ‘técnica’ dessas vai parar em referendo popular?”, acusar o presidente de demagogia, etc., o que é absolutamente surreal. Não é possível que parlamentares que têm suas campanhas pagas por bancos definam o que vai acontecer com o dinheiro da população em relação ao pagamento ou não da dívida destes bancos. Não faltaram economistas prevendo que a Islândia iria

quebrar. No entanto, de todos os países que entraram na crise, a Islândia é um dos que está em melhor situação atualmente. A tentativa de retirar a força política da decisão era simplesmente uma construção ideológica para legitimar os ‘técnicos’, que, no fundo, de técnicos não têm nada porque representantes do poder financeiro que conseguiu tomar conta de todas as instituições das democracias avançadas. Esse é o limite da democracia atual. O sistema financeiro é o grande inimigo da democracia.

**Existe um tipo de agenda ambiental apoiada na entrada de bens comuns para o mercado que vem sendo denunciada como a solução encontrada pelo sistema financeiro para sair da crise ao mesmo tempo em que, também apoiada na retórica da crise, Angela Merkel lidera na zona do euro políticas de austeridade que deslegitimam a vontade soberana dos povos, como no caso grego. Como ‘a esquerda que não teme dizer seu nome’ se coloca nesse processo?**

Os problemas ligados à ecologia têm um forte potencial não só mobilizador como também transformador. No entanto, nós temos hoje duas ecologias. Uma tem um potencial transformador, mas a outra é conservadora. O capitalismo vê na ecologia um dos elementos de sua renovação. Hoje, qualquer liberal, qualquer analista de Wall Street vai admitir o discurso ecológico. Há alguns autores que falam que depois da bolha imobiliária, nós temos agora a bolha verde. Uma vez escrevi um pequeno texto sobre o filme Wall Street [2010], de Oliver Stone, que me impressionou pela agudez da metáfora. Um jovem analista do mercado aposta no potencial financeiro das energias renováveis. Ele era um visionário porque, de certa maneira, pregava uma reconciliação entre o setor mais rentista da economia e algumas exigências presentes na pauta ecológica. Isso só pode ser feito rifando completamente a dimensão em que a reflexão ecológica aparece como um elemento fundamental de afirmação da soberania popular. Existe uma tendência bizarra, mas muito concreta, de articulação entre um determinado setor de lutas ecológicas e o capital financeiro. Inclusive, do ponto de vista eleitoral, acontece muita coisa complicada. Os partidos verdes europeus preferem se aliar a partidos de centro do que aos partidos de esquerda. Por exemplo, na Alemanha, o Partido Verde prefere uma aliança com a CDU [partido democrata-cristão da primeira-ministra Angela Merkel] do que uma aliança com a Die LINK, que é um partido de esquerda mais dura. Na França foi a mesma coisa. Tudo isso me parece muito preocupante. É necessário livrar a agenda ecológica dessa tendência à justificativa de um liberalismo renovado para recolocá-la no lugar onde ela sempre esteve, ou seja, como elemento fundamental da reflexão da esquerda sobre o caráter deletério dos processos de desenvolvimento do capitalismo avançado.

**Como o novo pensamento de esquerda pode articular uma mirada filosófica diferente para a questão do uso produtivista da natureza, característico do neodesenvolvimentismo aqui no Brasil?**

Eu reconheço que esse produtivismo em relação à natureza também esteve muito presente em certos setores da esquerda que, durante muito tempo, entenderam a natureza como fonte de recursos e só. Basta lembrar que nos países comunistas a política ambiental foi catastrófica. Isso, inclusive, tem base teórica, vem de uma leitura do pensamento marxista em que a natureza era um discurso reificado, sem realidade ontológica em si. Em última instância, a natureza era o fruto do trabalho humano então a intervenção humana na natureza já estava justificada de antemão, sem maiores contradições. Mas acredito que do ponto de vista da esquerda hoje existe uma consciência tácita a respeito da centralidade da agenda ecológica. Não foram poucos os filósofos no século 20 que nos alertaram para o impacto negativo da redução da relação com a natureza a sua dimensão eminentemente técnica. Por mais que o desenvolvimento técnico pareça

nos assegurar a dominação da natureza, o fato de compreender a relação humana com a natureza sob o signo da dominação já é um problema grave. Então, essa ideia de que, sim, vivemos em um país que tem necessidades de desenvolvimento maiores porque há urgências de inclusão social não invalida o fato de estarmos no interior de um processo de reflexão sobre o que significa riqueza social. Será que riqueza social significa ter um conjunto determinado de bens de consumo, ter transporte individual, ter uma relação extrativista da energia natural? Ou significa ser capaz de criar um modelo de relação com a natureza que garanta de maneira fundamental a qualidade de vida? Essa é uma bela questão que só o debate ecológico foi capaz de colocar.

“**Existe um modelo retórico que procura nos fazer acreditar que toda resistência seja, no fundo, uma recusa do progresso**”

**Assim como em movimentos urbanos, a exemplo do Occupy, a pauta ecológica delinea um horizonte onde outro modelo de sociedade é possível, fazendo cada vez mais a crítica ao poder do sistema financeiro para bloqueá-lo?**

A pauta ecológica atinge o modelo na sua esfera econômica mais clara ao afirmar que nós não queremos uma situação na qual todos os agentes econômicos estejam submetidos aos interesses de uma meia dúzia de multinacionais que detém não só a estrutura de produção, mas também o desenvolvimento da técnica. Quando se fala em agricultura familiar, o que isso quer dizer? Que, enquanto modelo econômico, não é possível estabelecer uma brutal concentração de terras, de tecnologia, de insumos. Insistir na agricultura familiar é, dentre outras coisas, insistir na pulverização radical da posse não só da terra, mas dos bens e das técnicas. Porque se isso não ocorrer, você tem não só consequências demográficas muito brutais, como o inchaço das periferias urbanas, mas também uma espécie de situação na qual a criatividade inerente à pulverização das técnicas é perdida. Milhares de produtores não vão produzir as mesmas coisas, nem sob as mesmas condições.

#### **Por exemplo?**

Por exemplo, quando essas questões ecológicas se vinculam ao problema da soberania alimentar. O fato de que você tem uma política agrícola que vai eliminando completamente a diversidade alimentar não é só uma questão de garantia das tradições – eu seria o último a fazer aqui a defesa abstrata da particularidade das tradições. Dentre outras coisas, é preciso reconhecer que a tradição tem uma dimensão de experiência que será muito importante para nós quando tivermos condições de compreender como os saberes alimentares se constituíram e o que eles garantem. Há uma tendência monopolista muito forte, nós vemos nas últimas décadas algo que está na base da tradição marxista, a ideia de que vai chegar um momento em que a própria noção de concorrência começa a desaparecer. Esse processo concentracionista toma a relação com a natureza de assalto, da maneira mais brutal possível. Todos esses movimentos camponeses, como a Via Campesina, insistem que há um risco não só econômico como social em se permitir a concentração das atividades agrícolas na mão de multinacionais. As sociedades pagarão caro se não conseguirem bloquear esse processo.

**Pegando carona nesse exemplo da Via Campesina, cada vez mais surgem relatos de populações tradicionais emparelhadas por esse modelo de desenvolvimento, mas, ainda assim, estes relatos bastante concretos e verificáveis são deslegitimados...**

Tenta-se desqualificar essas resistências como uma espécie de arcaísmo. É como se dissessem “você precisam entender que têm uma visão absolutamente romântica do mundo”. É um discurso que condena ‘a crítica às luzes’, no final das contas. Diz muito a tentativa de retirar dessas lutas uma espécie de prova maior do conservadorismo de certas populações que no fundo são as populações mais vulneráveis, pois sabem que quando essas empresas chegam eles vão para o espaço simplesmente. Quando a Petrobrás chega para fazer a exploração de petróleo nas bacias, a vida dos pescadores é a última coisa na qual ela vai pensar. “Imagina você ficar preocupado com peixe quando o país quer se transformar em uma grande potência petrolífera?”. Ou seja, eles querem vender essa perspectiva, mas uma questão fundamental da esquerda é saber defender as alas mais vulneráveis da sociedade. Existe um modelo retórico que procura nos fazer acreditar que toda resistência seja, no fundo, uma recusa do progresso. Acho importante recolocar de maneira clara o que significa ‘progresso’ no interior desse contexto. O progresso procuraria dar conta de certas exigências fundamentais de bem-estar. O progresso científico não é simplesmente um processo de dominação da natureza, mas também um processo de otimização do bem-estar humano. Mas esse dito ‘progresso’ promete uma maior qualidade de vida para as populações e acaba produzindo o inverso. Para que essa inversão não ocorra, é necessária uma reconstituição brutal dos modelos de relação com a natureza. E, nesse processo, o interessante é que nasce outra consciência da organização social. ●

# Cartografia Social

Plataforma cruza informações para denunciar impactos do modelo de desenvolvimento brasileiro e alavancar iniciativas das comunidades

André Antunes

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências foi realizado em setembro de 2011, em Salvador (BA). Após três oficinas territoriais realizadas no Agreste da Paraíba, no Planalto Serrano Catarinense e no Norte de Minas Gerais, o encontro foi construído por redes e movimentos sociais com uma metodologia que costurava os temas do encontro – agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo – com as experiências de resistência e de práticas contra-hegemônicas nos territórios. Participaram da organização do encontro nove redes: Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FB-SAN), Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Abrasco, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV).

Visibilizar os conflitos em curso no Brasil relacionados à disputa por territórios e promover o fortalecimento e a articulação de diversas redes de movimentos sociais e organizações que lutam por justiça social e ambiental: essa é a proposta do Intermapas, ferramenta *online* que reúne em uma só plataforma quatro mapas que estavam disponíveis de maneira isolada na internet. São eles: o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde (desenvolvido em conjunto pela Fiocruz e pela ONG Fase), Agroecologia em Rede (desenvolvida pela Articulação Nacional de Agroecologia, pela Associação Brasileira de Agroecologia e pela Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia), o Farejador da Economia Solidária (do Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e o Mapa dos Projetos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (criado pela Plataforma BNDES, composta por organizações que procuram problematizar a atuação da instituição).

Desenvolvido no processo de preparação para o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências e lançado durante o evento, o Intermapas permite um estudo integrado de duas dimensões centrais para muitos dos principais debates da Cúpula dos Povos: a denúncia dos estragos causados pelo modelo de desenvolvimento brasileiro e do papel do Estado em seu fomento – expressos pelas injustiças ambientais com repercussão na saúde e pelos financiamentos do BNDES aos megaempreendimentos e ao agronegócio – e também a divulgação da resistência de comunidades que propõem alternativas a esse modelo – caso dos empreendimentos de agroecologia e economia solidária.

## Fortalecimento dos movimentos sociais

Segundo Daniel Tygel, que desenvolveu o Intermapas na época em que ocupava o cargo de secretário executivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a ferramenta foi pensada como uma estratégia de fortalecimento de grupos que têm sua autonomia ameaçada pela expansão das fronteiras de exploração capitalista nos territórios e que buscam resistir a esse processo. “Como estávamos discutindo diálogos e convergências e as estratégias de fortalecimento das lutas nos territórios, percebemos que uma visão que englobasse vários mapas – um ‘mapa de mapas’- poderia ser um avanço grande para a ação”, afirma.

Fernando Carneiro, professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, avalia que a principal novidade do Intermapas está no caráter “extraoficial” dos dados: “É uma plataforma rica porque lá você encontra realmente as forças vivas da sociedade. São informações que não estão nos sites oficiais do IBGE, do Ministério da Saúde... A maioria dessas informações é produzida pela sociedade civil organizada. Esse talvez seja o maior interesse que ele desperta”. O público-alvo da plataforma, diz Carneiro, são os próprios movimentos sociais, mas não só. “Prioritariamente, a ideia é auxiliar os movimentos sociais a fazer uma leitura de problemáticas e ao mesmo tempo de possibilidades de resistência a partir de experiências concretas nos territórios. Mas ele pode servir também para pesquisadores, que poderão ver nos seus territórios de interesse essas múltiplas tensões entre dois projetos de desenvolvimento, expressos na dicotomia entre o agronegócio e a agroecologia, por exemplo. E um gestor inteligente teria nele elementos muito interessantes para formulação de políticas públicas”.

## Reterritorialização

Paulo Petersen, coordenador executivo da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, conta que um elemento essencial para a análise tan-

to do aspecto de denúncia quanto de proposição de alternativas de desenvolvimento do Intermapas é o conceito de territorialidade. “O modelo de desenvolvimento brasileiro é um modelo de desterritorialização, ou seja, é um modelo em que os territórios são apropriados pelo grande capital e colocados a serviço das corporações, em que as populações ficam completamente subordinadas a lógicas econômicas que vêm de fora, degradando completamente todas as condições anteriores: sejam ambientais, sejam as formas de organização social e cultural. É uma grande preocupação propor um modelo de desenvolvimento alternativo que reterritorialize, com a construção de economias mais localizadas, com cadeias de produção e consumo curtas, que são justamente bandeiras da economia solidária e da agroecologia”.

No entanto, como afirma Daniel Tygel, essas duas dinâmicas ainda são largamente negligenciadas pelo poder público na hora da alocação de recursos, o que fica explícito na atuação do BNDES. “Há uma concentração de financiamentos em algumas empresas, principalmente no campo de construção, agronegócio, hidrelétricas, soja, pecuária. Há casos de empresas recebendo R\$ 15 milhões só para fazer planejamento estratégico interno. Tudo com um grau mínimo de contrapartida – ou em alguns casos zero. Então é uma disparidade na alocação de um recurso o qual 50% vem do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse recurso está sendo usado de forma totalmente comprometida com os interesses do grande capital, o que chega a ser absurdo vindo de um banco público”. Paulo Petersen complementa: “O crédito anual para o agronegócio passa hoje de R\$ 120 bilhões, enquanto o máximo que a agricultura familiar recebeu até hoje foi R\$ 16 bilhões em crédito. Há uma série de outros benefícios: boa parte dos investimentos do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] é exatamente para organizar a infraestrutura necessá-

ria para o agronegócio: são estradas, ferrovias, hidrelétricas, grandes estruturas de armazenamento”.

### **Agroecologia e economia solidária: estratégias de promoção da saúde**

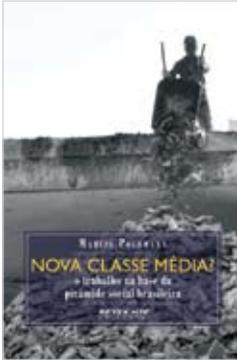
Fernando Carneiro usa o exemplo dos agrotóxicos para ressaltar a importância da saúde se fazer mais presente no debate acerca do desenvolvimento. “A estimativa que temos hoje é de mais de 300 mil intoxicados por ano por agrotóxicos. Apesar da estimativa oficial ser de seis mil, sabemos que a subnotificação é enorme. Tivemos mais de três mil mortes em 10 anos por intoxicação por agrotóxicos, e esses são dados oficiais, é só a ponta do iceberg. Isso tudo está batendo nas portas do SUS, está custando caro para o cidadão, que tem pago uma dupla conta, porque os agrotóxicos, por exemplo, são isentos de impostos na maioria dos estados”, explica. Para Carneiro, a autonomia que as cadeias de produção e consumo baseadas na agroecologia e na economia solidária confere aos trabalhadores tem impactos positivos para a saúde. “Quando se tem autonomia sobre os meios de produção, isso impacta positivamente na saúde do trabalhador na medida em que ele tem mais liberdade para definir sua carga de trabalho, o que muitas vezes um assalariado não tem. Além disso, essas cadeias produtivas estão associadas a um comércio justo, que não tem o lucro como objetivo principal e que tem preocupações sociais e ambientais. O SUS deveria estar estimulando esse tipo de modelo de produção, porque evitaria muitas filas nos postos de saúde e hospitais”, avalia.

Daniel Tygel relata a experiência de uma comunidade no norte de Minas Gerais que há três anos impediu que uma empresa conseguisse renovar a autorização para o plantio de eucalipto, monocultura que consome muita água e nutrientes do solo. Para ele, a ação exemplifica as potencialidades do mapa. “Há hoje um processo de recuperação da água, da biodiversidade e da terra, mas não só: também as condições de vida das populações da região se recuperam, embora a comunidade nunca tenha recebido apoio do poder público. Com o Intermapas, deu para perceber imediatamente que ao lado dessa comunidade, o BNDES tinha acabado de liberar R\$ 12 milhões para uma nova área de eucalipto. Ou seja, não se disponibiliza recurso para se recuperar uma área degradada pelo eucalipto, mas se destina dinheiro para degradar uma nova área”.

Segundo Tygel, o Intermapas ainda está em construção e a ideia é agrupar outros mapas na medida em que eles forem sendo desenvolvidos pelas diferentes redes de movimentos sociais que organizaram o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências e outras que desejarem se engajar. “Se o pessoal relacionado à violência no campo, como a CPT [Comissão Pastoral da Terra], desenvolver um sistema para fazer um mapa da violência no campo, ele pode se incorporar ao Intermapas”, prevê ele, que atualmente trabalha no coletivo Eita – Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão, que oferece assessoria técnica para movimentos sociais desenvolverem seus próprios mapas. Os critérios para a incorporação de novos mapas, de acordo com Tygel, estão expressos na Carta Política do Encontro de Diálogos e Convergências. “Ela dá a orientação de princípios e também de pressupostos políticos para incorporação ou não de um novo mapa no Intermapas. Existem orientações claras na carta, de que estamos falando de processos emancipatórios no campo popular, de transformação das relações de produção tanto rural quanto urbana, de relações de consumo, de mercado e da organização econômica dos territórios”, detalha. ●

Acesse:  
[www.fbes.org.br/intermapas](http://www.fbes.org.br/intermapas)

# A ampliação da classe trabalhadora no Brasil



Como o título já sugere, no livro ‘Nova Classe Média?’, Marcio Pochmann opõe-se à ideia do surgimento de uma nova classe média no Brasil. Por meio da apresentação de enorme quantidade de indicadores, o autor afirma tratar-se do crescimento da classe trabalhadora, em empregos de baixa remuneração, compatíveis com o extenso desemprego gerado na década anterior. É uma obra de combate aos que (com o apoio da mídia), pretendem influenciar políticas públicas pela via da privatização e mercantilização de serviços universais em nome de uma pretensa nova classe média.

O livro é fonte atualíssima sobre o perfil recente dos trabalhadores brasileiros alocados na base da pirâmide social. O estudo traz uma visão panorâmica das mudanças ocorridas nas ocupações e remunerações dos trabalhadores de salário de base (até 1,5 salário mínimo nacional) nas últimas quatro décadas, considerando os anos 2000 como de relativa ascensão social da força de trabalho de baixo rendimento.

Pochmann mostra que, na última década, 95% do total das vagas abertas (21 milhões) foram ocupadas por trabalhadores que receberam até 1,5 salário mínimo, equivalendo a 59% de todos os postos de trabalho, destacando-se o setor de serviços (com 6,1 milhões de novos empregos), com redução simultânea de ocupações sem remuneração e daquelas acima de cinco salários mínimos. Esta última faixa agregava em 2009, 35,3% do total das remunerações dos ocupados, contra 24,5% das obtidas pelos trabalhadores de salário de base.

Esse padrão de trabalho resultaria do crescimento econômico, do fortalecimento do mercado de trabalho (ampliação da taxa de ocupação e de formalização) e das políticas de apoio às rendas (elevação real do salário mínimo e massiva transferência de renda).

Muito embora a superação da condição de pobreza de uma parcela considerável da força de trabalho – e sua absorção para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração –, tenha sido um dos aspectos mais salientes da recente “singularidade transformista”, para o autor este fenômeno revelou-se insuficiente para caracterizar o surgimento de uma nova classe média, “tendo em vista as peculiaridades de suas ocupações e remuneração”. Para ele, ocorreu “um reforço do contingente da classe trabalhadora”, considerando que a categoria analítica de *working poor* (trabalhadores pobres) é a que melhor explica esse segmento social.

Calcado nesse fundamento, o livro esmiúça cinco ocupações que constituem a base social da pirâmide: o trabalho para as famílias, o trabalho no setor primário e autônomo, o trabalho temporário e o terceirizado. Pochmann destaca alterações relevantes: os novos empregos de salário de base gerados nos anos 2000 pertenciam a trabalhadores na faixa etária de 25 aos 34 anos (quatro milhões), exigiam maior grau de escolaridade (85% das vagas foram ocupadas por aqueles que possuíam ensino médio), quase 60% atenderam a contratação das mulheres e 77% aos não-brancos e que metade deles se situavam nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Além disso, Pochmann acentua o aumento da participação dos empregos formais no total da ocupação de salário de base: “para cada grupo de dez ocupações abertas (...), sete foram de empregos formais”, garantindo a maior presença da legislação social e trabalhista entre os trabalhadores da base da pirâmide.

Para Pochmann, o livro é instrumento de combate na defesa das políticas implementadas no século 21 no Brasil, selecionando alguns temas. Seu estudo aborda, porém, diversas outras questões que merecem aprofundamento, dentre elas uma crescente polarização de classes sociais no Brasil. ●

Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira

Marcio Pochmann, Boitempo Editorial, 2012, 127 p.

**André Guiot** é doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

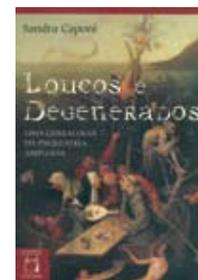
## PUBLICAÇÕES



*Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)  
Dieese, 2012, 404 p.



*Conselho de Favores: a voz dos seus atores*  
André de Faria Pereira Neto  
Garamond, 2012, 123 p.



*Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*  
Sandra Caponi  
Fiocruz, 2012, 210 p.

# MEIO AMBIENTE

**A**o longo das últimas décadas, a proteção ao meio ambiente vem se tornando um tema que parece aglutinar em torno de uma pauta comum os mais variados atores sociais: empresas, ONGs, governos, todos, de alguma forma, adotam uma retórica “verde” na construção de suas ações e na defesa de sua legitimidade. Com a Rio+20 então, o debate ambiental ganhou grandes proporções, reunindo chefes de Estado, pesquisadores, representantes do setor privado e de organizações da sociedade civil para discutir como aliar crescimento econômico com a proteção do meio ambiente. Enquanto isso, na Cúpula dos Povos, movimentos sociais, indígenas e militantes de todo o mundo se reuniam para debater propostas alternativas. Mas será que “proteger o meio ambiente” significa a mesma coisa para uma empresa como, digamos, a Votorantim, e para uma organização como a Via Campesina, por exemplo?

Para aqueles que procuram adotar uma abordagem crítica acerca do que significa meio ambiente e das estratégias empregadas pelos diferentes atores sociais em sua defesa, a resposta é não. Entender as diferentes maneiras com que os grupos humanos interagem com o ambiente em que vivem é fundamental para compreender que o próprio conceito de meio ambiente é um termo em disputa, e que, ao contrário do que o discurso ambientalista que emerge da Rio+20 faz parecer, proteger o meio ambiente não implica apenas em reduzir a emissão de gases de efeito estufa e racionalizar o uso de recursos naturais finitos nos processos de produção capitalistas.

## Indissociabilidade entre natureza e sociedade

O geógrafo Paulo Alentejano, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), explica: “Meio ambiente não é apenas aquilo que existe como meio natural, é o resultado dessa relação entre sociedade e natureza em dada configuração histórica, espacial, etc. Então quando falamos em meio ambiente estamos falando das condições naturais, mas também daquilo que é produzido pela sociedade a partir dessa relação com a natureza”. No seu entender, o termo meio ambiente só faz sentido a partir de uma análise que liga sociedade e natureza de forma indissociável. “Isso quer dizer que não existe um meio natural totalmente isolado da forma como as sociedades se apropriam dele e cada sociedade tem uma forma de se relacionar com a natureza que vai resultar em um ambiente diferente. O meio ambiente é o resultado dessa apropriação que a sociedade faz desses bens naturais”, diz Paulo.

Para Alentejano, na sociedade moderna ocidental, contudo, natureza e sociedade são vistas como dois domínios separados. Essa separação, segundo ele, não nasce com o sistema capitalista. “Essa ideia de que a natureza deve estar a serviço do homem vem dos gregos, está em Platão, Aristóteles, atravessa toda a teologia católica de São Tomás de Aquino, Santo Agostinho. Há uma tradição forte de pensar na na-

tureza a serviço do homem, o ser supremo ao qual a natureza deve servir”, diz. Segundo Alentejano, o que o capitalismo intensifica é o processo de transformação da natureza em mercadoria, que se expressa de maneira categórica com a ideia de economia verde. “O que norteou o processo de produção da Rio+20 foi uma visão de meio ambiente construída a partir da lógica do capital. O que predominava era uma forma de entender o meio ambiente como algo que tem que ser apropriado de uma forma que gere lucro”.

Para a antropóloga Andrea Zhouri, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a separação entre natureza e sociedade tem na adoção da máxima de Descartes “penso, logo existo” como a principal característica humana um de seus momentos simbólicos fundantes. “Aí se instaura uma cosmovisão que tem na razão o elemento característico do humano, que o define enquanto tal e que o separa da natureza. É um distinguir que se constrói em uma hierarquização, uma ordem hierárquica que coloca o humano como a forma mais complexa de ser devido a razão”, explica.

## Natureza para ser explorada ou para ser cuidada?

Segundo Andrea, essa separação está na origem de duas posições antagônicas: o discurso capitalista que vê no meio ambiente um entrave para o desenvolvimento, e o ambientalismo que ela chama de global. “De um lado há uma posição que tem no ambiente

um objeto de conquista e dominação, do qual a sociedade industrial capitalista é o exemplo maior, que tem na natureza um domínio a ser conquistado, administrado, gerido, consumido. De outro lado, há um discurso que foi sendo construído de oposição a essa visão, mas que tem a mesma raiz, que é o discurso ambientalista global, em que o ambiente aparece como o planeta, como algo a ser cuidado, com atitudes positivas de solidariedade”, diz a antropóloga, complementando em seguida: “Ironicamente, as duas posições partem de uma mesma raiz que é a dicotomia primeira entre natureza e sociedade. Daí o discurso global ascender hierarquicamente sobre os outros discursos ambientais que são mais centrados no lugar de viver das pessoas”. Por isso, diz ela, esse discurso ambientalista global deve ser visto com cautela. “Essas visões globais, tanto as capitalísticas quanto as ambientalistas, se hierarquizam no ocultamento ou subjugação de olhares mais locais, mais centrados nas experiências de viver do sujeito. Se por um lado não podemos deixar de pensar em uma dimensão um pouco mais ampla, planetária, por outro lado não podemos permitir que essa ênfase na perspectiva mais global obscureça os espaços de viver, senão ela se torna também uma visão colonizadora. Se o global é o mais importante, ela acaba colonizando e através dessa visão você justifica ações que negam as existências localizadas”, avalia.

Paulo Alentejano dá um exemplo concreto de um problema advindo da adoção dessa visão global de meio ambiente à qual Andrea se refere. Segundo ele, muitas das licenças ambientais que estão sendo concedidas atualmente no Brasil para empreendimentos que causam grandes impactos ambientais têm na ideia de compensação ambiental um de seus alicerces. “Aqui no Rio de Ja-

neiro temos vários exemplos, como o Comperj [Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro] e a TKCSA, que são exemplos brutais de empreendimentos que causam poluição intensa, devastação de manguezais, mas que são autorizados a operar sob o argumento de que há medidas compensadoras que vão mitigar esses impactos. Aí se diz que, para combater o aquecimento global, o Comperj vai plantar não sei quantas mudas de árvores em outro lugar, e em nome disso se pode destruir o que resta de manguezal na Baía de Guanabara”, protesta.

Para Andrea Zhouri, os conflitos em torno dos impactos das barragens para produção de energia elétrica são exemplos emblemáticos das disputas entre diferentes grupos sociais acerca do significado de meio ambiente. “Um barramento é um exemplo dessa visão de conquista, de domínio da natureza, algo que interrompe, que não entra em sintonia com os fluxos da natureza, mas se impõe e que muda e transforma à revelia das interações humanas e não humanas ali”, afirma. Do outro lado, complementa Andrea, estão as populações ribeirinhas diretamente afetadas. “Essas populações estão ali, são parte dessa movimentação, fazem parte do ambiente, constroem a sua cultura com esse ambiente e a partir dele. O que acontece é que o rio é um ambiente que tem significações diversas para esse grupo: é no rio que se lava roupa, se lavam utensílios, se toma banho, se diverte, pesca, tira areia, pedras para construção. Em muitos casos, a agricultura que eles praticam depende do fluxo do rio. Tudo isso acaba sendo reduzido a uma dimensão única que é a geração de energia elétrica através de um barramento”.

## Recursos naturais

Andrea critica a retórica ambiental capitalista que atribui ao meio ambiente um sentido único: o de “recurso natural”. “Meio ambiente não é algo a ser apropriado para fins de determinados tipos de produção com vistas à acumulação de riqueza. Dizer que natureza e sociedade são indissociáveis implica dizer que o planejamento econômico não pode se dar a partir de metas matemáticas, de porcentagens de crescimento sem a devida consideração operacional prática das condições ecológicas, sociais e culturais dos lugares. É de fato considerar o ambiente como lugar prenhe de significações, de relações sociais. Incorporar de fato os sujeitos nos ambientes é considerar projetos de desenvolvimento muito diferenciados, aspirações, a diversidade cultural, as formas de viver, fazer e ser nos diferentes ambientes”, aponta a antropóloga.

Quando se fala em superação dessa lógica de dominação da natureza, frequentemente se faz referência à maneira com que os povos indígenas e camponeses se relacionam com a natureza. Para Paulo Alentejano, as práticas dos indígenas e camponeses servem não como caminhos prontos a serem seguidos, mas como exemplos de sociedades que têm algo a ensinar nessa área. “Essas populações guardam ainda formas de convívio com a natureza menos destrutivas do que a forma como o capitalismo desenvolveu. Elas são nesse sentido exemplos da possibilidade de se ter uma relação não destruidora com a natureza, mas é evidente que não é possível pensar na reprodução desse modo de vida de forma absoluta. Elas tem que ser estudadas em uma lógica de pensar o futuro a partir dessas experiências que existem hoje, como formas de pensar um mundo que não seja esse que está provocando essa enorme destruição da natureza, exploração do trabalho e degradação das condições de vida”, diz Alentejano. ●